

Da invisibilidade à ação criativa. Representação e intermediação de interesses entre sujeitos da população tradicional de pesca artesanal

Gisele Braga Bastos
Doutoranda em Sociologia Política, PPGSP/UENF
gibragabastos@pq.uenf.br

1. INTRODUÇÃO. Sociologia Política, híbrido interdisciplinar

A Sociologia Política é um campo de pesquisa cujo desafio é cotejar as instituições e o comportamento político, incorporando, ainda, as interfaces de tais dimensões em conexão com as dimensões sociais. “O papel da Sociologia Política é determinar, de forma simultânea, em que medida a sociedade condiciona os processos políticos e é por eles condicionada”.

(SOUZA, 2009. p.12)

ocorrem situações em que a combinação conceitual e metodológica entre duas disciplinas é quase uma reivindicação da própria realidade, tal a expansão do poder explicativo a partir da soma de olhares. É o caso de disciplinas bastante conhecidas e consolidadas como a Sociologia Urbana, a Psicologia Social ou a Economia Política. O mesmo ocorre com a Sociologia Política. (SOUZA, 2009, p.05)

Cabe destacar, que no começo do século XX há uma ruptura paradigmática e a democracia passa a não ser coisa para poucos.

A democracia deixou de ser uma atividade para poucos indivíduos. É o período da formação dos partidos de massa e da organização de grandes mobilizações sociais com o objetivo de influenciar o jogo político institucional. Nesse processo de “democratização da democracia”, os direitos políticos deixam o papel e se efetivam no espaço público. Significa que o mundo social invade o mundo político, fica difícil delimitar a fronteira entre um e outro.(SOUZA, 2009,p.09)

É nesse período que, dentro das Ciências Sociais, a Ciência Política se aproxima da Sociologia. À Ciência Política cabe não mais olhar apenas para as dimensões das instituições, mas também as ações políticas e o comportamento dos atores sociais. (SOUZA, 2009, p.09)

Segundo Souza (2009), cabe à Sociologia Política construir elos entre duas dimensões do saber: Sociologia e Ciência Política.

De um lado, a Ciência Política lança o foco da análise sobre as instituições e processos políticos. O locus da análise abarcam os poderes Legislativo, Executivo e Jurídico e ações relacionadas à conquista e/ou manutenção do poder do Estado. De outro lado, a Sociologia se debruça sobre as condições socioestruturais, fenômenos sociais, causas explicativas de outros acontecimentos sociais, ou mesmo políticos, econômicos etc”. (SOUZA, 2009, p.09)

Tabela 1. Distribuição de Principais conceitos por área do conhecimento

Área do Conhecimento	Principais Conceitos
Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> ● comunidade (rural /urbana); ● trabalho; ● status; ● autoridade; ● classe social; ● alienação; ● ideologia.
Ciência Política	<ul style="list-style-type: none"> ● Estado; ● poder; ● dominação; ● regimes políticos.
Sociologia Política	<ul style="list-style-type: none"> ● comportamento político dos atores sociais; ● participação política; ● diferentes graus de intensidade e tipos de engajamento,; ● valores políticos; ● ideologias; ● cultura política dos indivíduos; ● relações entre poder e sociedade.

Fonte: Adaptado de SOUZA (2009)

O desafio da Sociologia Política é construir pontes e aproximar os saberes da Sociologia aos da Ciência Política, “ sua vocação é ser uma ciência interdisciplinar, seu papel é o de construir “híbridos interdisciplinares” na fronteira dos saberes constituídos.” (SOUZA, 2009, p.10). O híbrido interdisciplinar enunciado por Giovanni Sartori.

Para o presente paper, apresentamos um recorte do trabalho empreendido para a minha tese doutoral, em construção, sob orientação do Dr. Vitor de Moraes Peixoto e coorientação do Dr. Mauro Macedo Campos, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro ¹.

O trabalho aqui apresentado, está dividido em: debate teórico sobre representação e participação e sobre imposição não democrática de riscos. Na análise empírica, tomamos por

¹ Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pelos recursos investidos.

objeto a participação entre sujeitos de comunidades de pesca artesanal expostas aos impactos socioambientais e riscos pela atividade de operação e extração de petróleo e gás no trecho do Estado do Rio de Janeiro da Bacia de Campos.

A dimensão quantitativa dá-se a partir do CENSO da Pesca do PEA Pescarte e procedemos as análises a partir do bloco do questionário que investigou a participação em projetos de educação ambiental. Ainda na dimensão quantitativa, apresentamos um recorte análise de clusters, que inclui o associativismo como um dos indicadores do modelo econométrico criado, ao lado de três outros indicadores: renda per capita; renda/consumo e insegurança alimentar. Em seguida, buscando refletir sobre a qualidade da participação, tomamos para estudo de caso as marisqueiras e pescadoras e o fortalecimento da organização coletiva por meio de projetos de geração de trabalho e renda (PGTR) PEA Pescarte, no município de Arraial do Cabo.

A escolha do caso, deu-se a partir das análises da participação nos PEA, onde Arraial reportou significância estatística para propensão à participação e pelo fato de que a análise dos clusters localizou o grupo das Marisqueiras com elevada propensão ao associativismo. Observamos ainda, a dimensão da participação nos grupos internos do PEA Pescarte, e em atividades externas, a partir dessa observação tecemos algumas reflexões sobre as culturas de participação observadas. Por fim, tecemos algumas considerações.

2. PARTICIPAÇÃO.

Após as grandes guerras mundiais e os anos de supressão de direitos dos períodos ditatoriais, o conceito de representação e a discussão acerca da participação ganhou centralidade. O debate sobre a importância da participação na esfera política, ganhou corpo nos anos 60 e 70 do século passado, principalmente, com o fortalecimento dos movimentos sociais e eclesiais de base, dentre outros, responsáveis por inspirar melhorias teóricas e práticas na participação dos cidadãos, elevando a concepção de uma democracia participativa a ser consagrada na Constituição Federal de 1988, que afirmou o princípio da participação direta dos cidadãos, tão reivindicada.

A Constituição de 1988 abriu espaço para uma série de inovações institucionais e mecanismos de participação direta como: orçamento participativo, conselhos setoriais de

políticas públicas, audiências públicas de comissões, referendos, plebiscitos, comissões parlamentares de participação popular, entre outros mecanismos deliberativos que aproximam os cidadãos e organizações sociais da tomada de decisão e do controle social. (MELUCCI; AVRITZER, 2000; PAULA, 2005);

A população passou a encontrar nos novos mecanismos deliberativos, caminhos democráticos capazes de incluir demandas sociais das minorias, influenciando direta e indiretamente as políticas públicas contemporâneas. A representação por agregação, “restrita” ao voto, vai aos poucos passando a conviver com a participação.

Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações das mais variadas atuações, agremiações, sindicatos, organizações coletivas, conselhos, comissões, presenciais e via *WEB*, passam a atuar criticamente incorporados aos novos desenhos institucionais e mecanismos deliberativos, implicando a revisão dos conceitos e práticas de representação e participação política. No entanto, apesar das tentativas de avanços na aproximação do cidadão da tomada de decisão e do controle dos atos e fatos públicos, vastas são as críticas à representação e também a tais mecanismos que pretendem unir participação à agregação.

Apoiados na ampla possibilidade de comunicação e controle, conferida pelas TIC², vê-se emergir movimentos e vociferações de indivíduos e grupos em defesa de interesses e minorias.

2.1. Da delegação à participação.³

Pitkin destaca em seu artigo “The Concept of Representation” que o conceito de representação possuía distintos sentidos e significados entre os gregos e os romanos. Segundo ela, o conceito e as instituições só começaram a surgir a partir da Idade Média. Nesse tempo, a representação era encarada não como um agente agindo em função de um outro, mas com o caráter de personificação, como na figura do papa que encarna o próprio Cristo. Foi nessa

² Tecnologia da Informação e Comunicação

³Parte do debate e reflexões apresentadas na presente seção foram previamente publicado nos anais no X CONINTER. Disponível em

<https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437012-que-merda-e-essa-acao-criativa-e-conflito-sanitario-na-regiao-dos-lagos-rj/> e também no artigo publicado no volume 15 da revista Terceiro Milênio, sob o título “Imposição desigual do risco. Pandemia Covid -19. Estamos no mesmo barco?” disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/175/183>

época que as instituições representativas começaram a se desenvolver, com a extensão dos conselhos consultivos pelos Reis e Papas, todavia sem caráter democrático. (PITKIN, 1967)

Com o desenvolvimento dos conselhos, em referência ao Parlamento inglês, Pitkin mostra como a Câmara dos Comuns passou a ser um local onde as demandas eram apresentadas em conjunto e em nome do povo contra o rei. Nesse instante, apesar de os representantes da Câmara dos Comuns serem agentes em nome de suas comunidades, essa relação ainda não era vista como de representação. Foi no século XIX, após a queda do rei, que a ideia moderna de representação começou a surgir, onde se pressupunha, de acordo com a doutrina de Smith, que todo homem deveria estar presente no parlamento. (PITKIN, 1967)

Young trabalha um novo conceito de representação, apontando para uma perspectiva normativa mais fluida e segmentada, dinâmica e comunicativa dos processos e esferas de representação. Suas considerações têm foco no debate sobre a demanda por representatividade de grupos ou minorias sociais, que se vêem sub-representados nas esferas de representação política. Seus argumentos vão de encontro à diversas críticas à representação especial de grupos e daqueles que criticam o caráter democrático da representação.

Young assume que invariavelmente existem diferenças entre representantes e representados, e que "o *falar por* do representante não significa *falar como* os representados". Tal posicionamento implica entender a representação como um relacionamento entre eleitores e representantes, assim como os eleitores entre si. Concebe portanto a representação como um "relacionamento diferenciado entre atores plurais" onde as deliberações democráticas são processos mediados que variam ao longo do espaço e do tempo. (YOUNG, 2006, 2014)

A representação é validada pelo relacionamento que os atores políticos têm entre si, exigindo para isso a participação ativa de todos nas comunicações democráticas. O argumento é que, a perda de conexão entre esses atores é o que enfraquece o caráter democrático da representação. É por isso que a participação é elemento central na sua concepção de representação, e acontece por meio dos processos de antecipação, autorização e prestação de contas. Ela se apoia em Pitkin ao argumentar que a dicotomia existente entre as características delegada e fiduciária da representação é uma falsa polarização, uma vez que estes são aspectos diversos da prática representativa e que o seu objetivo é pensá-los conjuntamente em um processo diferenciado e mediado que varia no espaço e no tempo.

Essa nova conceituação de representação pode e deve ser usada ao pensar a representação de grupos marginalizados por meio de políticas destinadas especificamente a aumentar a representação destes. No entanto, ela não deve ser pensada em termos de identidade, mas por meio de um processo diferenciado de relação entre representantes e representados. Como o próprio grupo é internamente diferenciado, a representação deve se basear na relação, participação e engajamento de cada um deles nos processos de discussão democrática. Mas daí surge uma questão importante: quem deve representar o grupo?

Young considera que não é muito comum uma pessoa que não possua determinados atributos descritivos represente a perspectiva de um grupo que se forme em torno destas determinadas características, ao menos que compartilhe das experiências e relações sociais similares àqueles que pretende representar. Assim, a concepção de representação como um processo relacional, mediado no espaço e no tempo, abre a possibilidade de pessoas que não compartilham os mesmos atributos descritivos representarem uma perspectiva social comum, uma vez que este grupo reconhece o representante como apto a representá-los. Mas, uma vez na perspectiva de representação de grupos, apesar de compartilharem determinados atributos descritivos em comum, a base é muitas vezes internamente heterogênea.

Uma medida que sugere a fim de pluralizar a representação é fazê-la por meio de comissões e não apenas, por meio de um único indivíduo, o que levaria a expressar as demandas do grupo de modo mais amplo.

A partir de quinze anos de investigação empírica em comitês de bacia hidrográficas, por meio do Projeto Marca d'água⁴ e lastreadas teoricamente no Novo Pragmatismo Francês, Abers e Keck (2017) problematizam as reais capacidades dos atores constituírem o que denominam: autoridade prática. Em outros termos, a capacidade de engajamento e participação qualificada em organismos descentralizados, demonstrando que, tal “autoridade prática”, pode estar presente em alguns organismos e em outros não, ainda que em termos estruturais tais organismos fossem semelhantes.

Retratam esta situação partindo da pergunta: “por que alguns comitês de bacia decolam, tornando-se “espaços vibrantes” para decisão e ação, enquanto outros se mantêm estagnados?” O argumento sustentado pelas autoras é o de que diferentes capitais compõem a ação influenciando a capacidade prática dos organismos de plasmarem os projetos e escopos teóricos. “Instituições não nascem prontas dos textos das leis: precisam ser trazidas à vida

⁴ Segundo (ABERS e KECK, 2017: 15) O projeto Marca d'água iniciou suas atividades, no ano 2000, com o objetivo de compreender a “tentativa de transformação da gestão de água doce no Brasil”.

pelas pessoas que as criam. Além disso, precisam convencer outras pessoas que os objetivos e estratégias propostas para alcançá-las fazem sentido”. (ABERS; KECK, 2017, p. 15)

Os resultados, das pesquisas empreendidas por Abers e Keck, vão na direção do argumento de que a ação e instituições devem ser cotejadas em complementaridade. Observando que a ação dos indivíduos impõe transformações às instituições. Rejeitando a dicotomia agência-estrutura e introduzindo o argumento da autoridade prática, as autoras argumentam que a ação importa na compreensão dos fenômenos.

“Novas políticas nascem em um mundo povoado por muitas outras políticas – algumas preexistentes, outras simultaneamente surgindo – e precisam lutar por *um lugar à mesa* – o que chamamos de autoridade prática”. (ABERS; KECK, 2017, p. 16)

Os dados, análises e achados apresentados por estas autoras acerca das diferenças contextuais dos organismos e dos repertórios dos atores que implementam o escopo teórico, caminham na direção do argumento de que descentralização não resulta, necessariamente, em maior participação, uma vez que “Instituições não emergem apenas de boas intenções, nem mesmo de bons desenhos. Pessoas dedicadas às constroem e podem transformá-las ou desfazê-las”. (ABERS; KECK, 2017, p. 16)

Como destacam Abers e Keck (2017), não há como falar em conservação de recursos hídricos sem problematizar que a própria nomeação da água como recurso, outorga a ela valor de produto que parece impedir avanços reais na sua conservação e garantia de quantidade e qualidade. As águas estão poluídas uma vez que ocorre a destinação das águas pluviais junto ao esgotamento sanitário, tóxico, agropecuário e industrial indo para os rios, que vão desaguar no mar, e também diretamente no mar. Atividades de exploração, mineração e exploração de recursos naturais impactam direta e indiretamente na vida das populações, da infraestrutura, no uso e ocupação do solo. Populações, que não são inseridas nas equações da lógica da modernização ecológica nem tampouco na lógica dos conservacionistas. Como advertido pela educação ambiental crítica, é fundamental incluir a dimensão social e os sujeitos das populações afetadas a fim de mitigar impactos gerados pelas atividades a serem licenciadas.

Tais achados aproximam-se também dos argumentos de Acselrad (2002) de que, ademais das expectativas e ideais, a chamada “modernização ecológica”, que postula (a partir dos movimentos ambientalistas e sociais ocorridos nos Estados Unidos na década de 1970), a substituição do entendimento da água como bem natural e inesgotável, pela compreensão da água como recurso finito, ao não incluir a dimensão do social, das populações, na equação,

mostrou-se insuficiente.(ACSELRAD, 2002) Também são insuficientes as perspectivas conservacionistas quando operadas pelo binômio oposição indivíduo x natureza. Segundo a Ecologia Política, proteger o ambiente deve implicar, proteger os meios de vida, os saberes e fazer das comunidades.

A dimensão social, tanto no prisma da água como recurso fundamental para a vida dos indivíduos, para as dinâmicas coletivas urbanas e rurais e de sobrevivência de populações tradicionais. Quanto, no prisma da imposição desigual dos riscos. Devem ser consideradas.

A estas populações, impõe-se zonas de sacrifício, regiões marcadas pela distribuição não democrática dos riscos e dos impactos ambientais. A inação dos poderes públicos dá-se, conforme adverte Acselrad (2018), por meio de acordos entre empresas e governos que impõem o silenciamento às vozes das comunidades que poderiam funcionar como lançadores de alerta e também por meio de ameaças de assédio processual e coação sobre a comunidade acadêmica.

Segundo Acselrad (2018), o primeiro passo para a exposição dos conflitos passa pelo reconhecimento de que a alocação do risco não é democrática. Ou seja, o risco é imposto de forma desigual nos territórios, estando as populações pobres e não brancas mais expostas aos riscos socioambientais e excluídas dos espaços decisórios. Frente a esse cenário o autor propõe o uso de três elementos de análise, segundo ele, “pouco evocados e que poderão servir para um aprofundamento da discussão com vistas a construir formas democráticas de controle governamental e social de práticas portadoras de risco” (ACSELRAD, 2018, p. 162) (ACSELRAD, 2018: 162).

Os três elementos a serem incorporados aos debates são: “A irresponsabilidade organizada “de classe” ” (ACSELRAD, 2018, p. 162–165); “A desconsideração dos alertas emitidos por cidadãos ou grupos comprometidos com o interesse geral” (ACSELRAD, 2018, p. 165–169); “As restrições ao exercício da liberdade acadêmica no campo dos estudos de impactos ambientais (ACSELRAD, 2018, p.169–173).

Esses três elementos combinados impedem o controle democrático sobre empreendimentos portadores de risco. Assim, frente à complexificação das sociedades modernas e para enfrentar conflitos ambientais, de acordo ao captado de Acselrad, é necessário coragem para transformar a “democracia restringida”, onde ocorre a irresponsabilidade organizada de classe, corporações cooptam membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, coíbem fiscais, afastam a população, que poderia lançar alertas, além de afastar cientistas e especialistas de seus empreendimentos via assédio jurídico, coação e coerção. Para esse enfrentamento é necessária a organização coletiva e

engajamento dos sujeitos expostos aos riscos para expor os conflitos e colocar suas demandas na agenda política e para garantir um lugar à mesa nas arenas de tomadas de decisão.

A luta por um lugar à mesa de negociações e a capacidade de impor a agenda é nomeada de autoridade prática por Abers e Keck (2018) olhando para a ação nos comitês de bacias hidrográficas, e assim como o argumento do enfrentamento da imposição desigual do risco ambiental, passam pela participação e engajamento dos sujeitos atingidos na direção de criar formas democráticas de controle (ACSELRAD 2002; 2018)

É nessa direção que o presente estudo busca compreender os repertórios e capitais presentes nas relações de cooperação, solidariedade, participação e engajamento sociopolítico de sujeitos de comunidades tradicionais de pesca artesanal na Bacia de Campos-RJ, marcadas pelo risco, pela vulnerabilidade socioambiental e pela pobreza. Ademais dos argumentos economicistas de progresso, esse grupo tem os territórios e maretórios modificados pelas atividades petrolíferas, e além da ameaça econômica e ambiental que os macroimpactos que a atividade gera, ficam impactadas e ameaçadas suas práticas tradicionais, suas artes de pesca, sua saúde e qualidade de vida.

Buscando avançar nessa direção, apresentamos a seguir dimensões que podem contribuir para a reflexão sobre a disposição para a participação entre os sujeitos do estudo, no escopo quantitativo, tomamos como *proxy* para participação a disponibilidade de participação de pescadore(as) em projetos de educação ambiental informada ao CENSO da Pesca do PEA Pescarte realizado entre 2014 e 2016 pelo PEA Pescarte, e no escopo qualitativo analisamos dados de grupos focais e de observação, com foco nas culturas de participação e o engajamento na intermediação dos interesses.

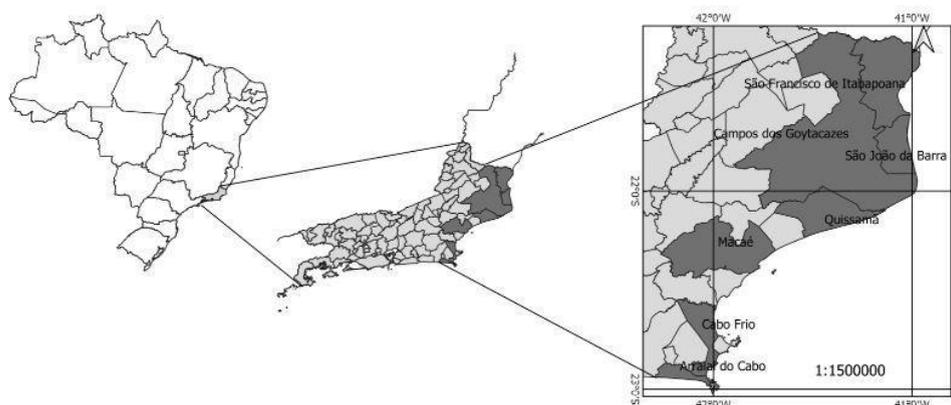
3. DIMENSÃO QUANTITATIVA - O CENSO PEA Pescarte. Disposição para a participação.

Parte do estudo possui abordagem metodológica quantitativa e os dados são provenientes do Censo da Pesca Artesanal PEA Pescarte. Este censo, finalizado no ano de 2016, é uma medida de mitigação ambiental exigida pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) condicionado inicialmente ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e atualmente também às licenças de operação (LO).

O censo feito pelo PEA Pescarte foi executado na área de abrangência do PEA na primeira e segunda fase, ou seja, nos sete municípios de atuação deste projeto de educação ambiental. Seus entrevistados foram os pescadores(as) artesanais sendo assim sujeitos sociais localizados nas comunidades tradicionais pesqueiras.

3.1. Municípios área de abrangência PEA Pescarte

Figura 1. Distribuição espacial dos municípios de abrangência do PEA Pescarte - Fases 1 e 2 (Fase 1 - 2014 a 2016 e Fase 2- 2017 a 2019)



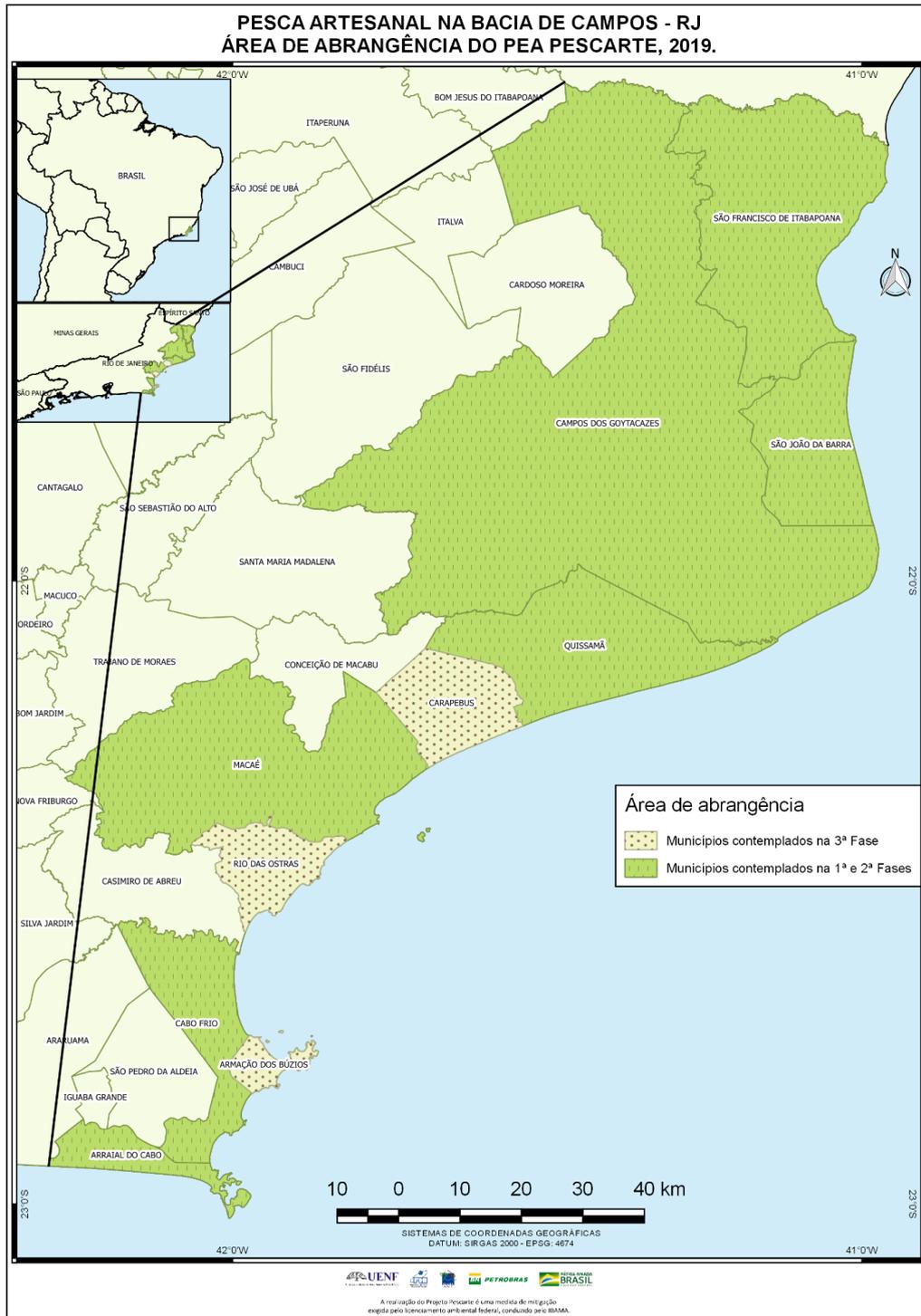
Fonte: Equipe Censo Pescarte

O CENSO da Pesca é um dos instrumentos didáticos pedagógicos utilizados para a atualização do diagnóstico da Bacia de Campos. Este, constitui-se como um estudo que coleta informações capazes de descrever a realidade dos pescadores(as) na localidade. Auxiliando na identificação de vulnerabilidades e na compreensão das demandas da comunidade de pesca da área de abrangência do PEA Pescarte.

O censo foi realizado pelo PEA Pescarte e tem como objetivo atualizar o diagnóstico participativo do PEA-BC e também como instrumento de mobilização dos sujeitos da ação educativa. O primeiro censo foi feito entre os anos de 2014 e 2016 nos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, conforme apresentado na figura 1. Foram aplicados 3.478 questionários através de entrevistas domiciliares, totalizando a participação de 10.082 pessoas ligadas direta ou indiretamente à pesca.

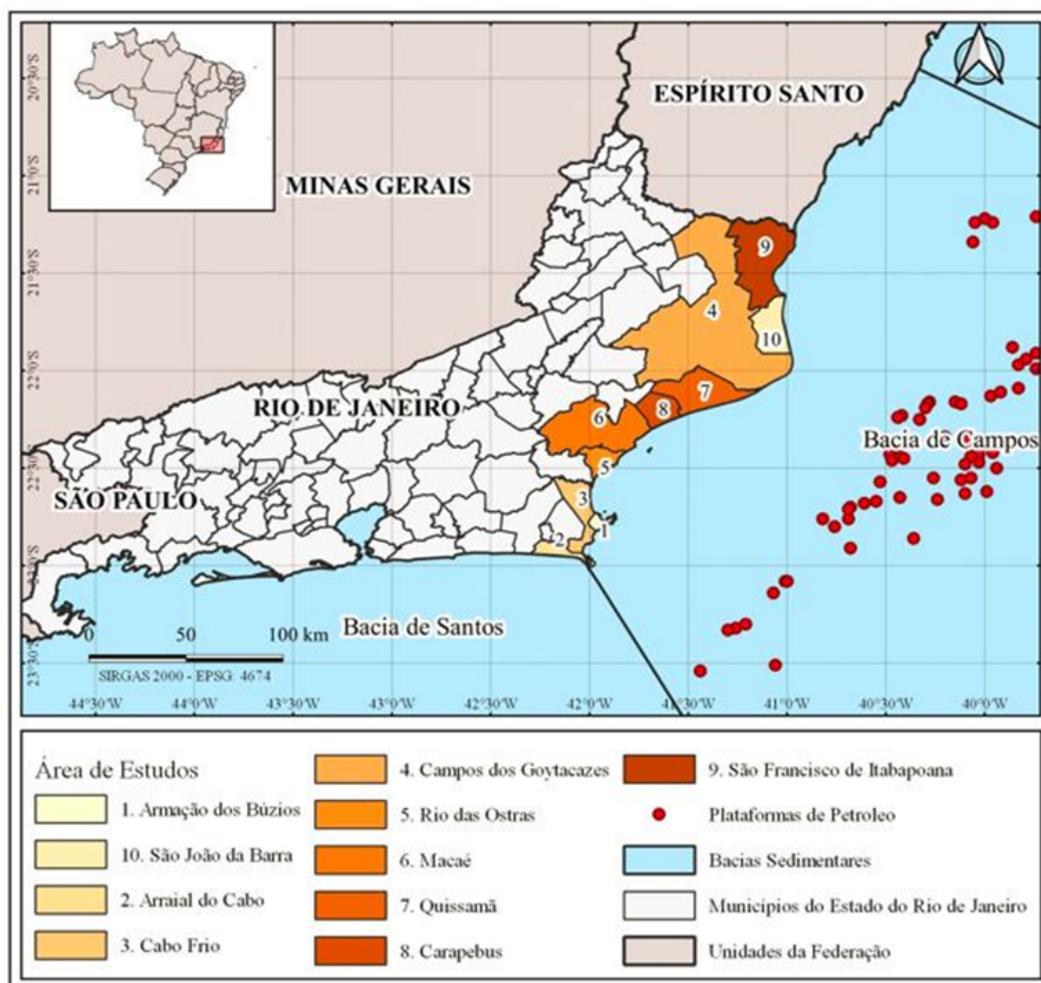
Os sete municípios que compunham a área de abrangência do PEA Pescarte nas fases 1 e 2 eram: Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Quissamã, Cabo Frio e Macaé. A partir da terceira fase, iniciada em 05 de Janeiro de 2021, três novos municípios foram incorporados à área de abrangência: Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras, conforme exposto na figura 02.

Figura 2. Distribuição espacial dos municípios de abrangência do PEA Pescarte - Fases 1, 2 e 3
Fonte: Equipe Censo Pea Pescarte



Fonte: Equipe Censo Pea Pescarte

Figura 3. Distribuição espacial dos municípios da área de abrangência do PEA Pescarte (Fase 3 - 2021 a 2025)



Fonte: Equipe Censo Pea Pescarte

O desenvolvimento do PEA Pescarte está norteado pelas exigências do licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA, a partir dos parâmetros da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N°01/2010, e em observância à Linha de Ação A⁵ e Pareceres Técnicos expedidos pelo órgão competente. O Censo da Pesca do PEA Pescarte fez parte do Plano de Trabalho da primeira fase do projeto e tem dupla função, captar informações que vem sendo objeto de estudo e publicações de diversos(as) pesquisadores(as)⁶, além de servir na argumentação sócio-jurídica para defesa das populações estudadas e construção de políticas públicas. A segunda função relaciona-se com o caráter pedagogicamente orientado à

⁵ **Linha de Ação A – Organização comunitária para a participação no licenciamento ambiental:** desenvolver processos formativos junto ao público prioritário definido pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA, a ser identificado na região por meio de diagnósticos participativos. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/petroleo-e-gas/notas-tecnicas/5-2010-02-nota-tecnica-programas-de-educacao-ambiental-alteracoes-nt-01-2010.pdf> Acesso em 12/12/2021

⁶ Parte dos resultados podem ser lidos no livro: Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense. Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Disponível em: <https://uenf.br/cch/lesce/files/2019/10/Livro-3-eBook.pdf>

mobilização dos sujeitos. Este mecanismo pedagógico possibilitou informações importantes para estudos, pesquisas, orientação de políticas públicas, melhorias para a região e mediação dos PEA.

No ano de 2022 foi iniciado o 2º CENSO da Pesca, o recorte geográfico foi expandido e engloba Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras, além dos sete anteriormente citados. O 2º CENSO da Pesca não será analisado no presente estudo.

A sessão a seguir aborda a dimensão quantitativa por meio de análises descritivas e multivariadas de dados provenientes do CENSO da Pesca do PEA Pescarte. Introduzimos, ainda na seção a seguir, o debate sobre educação ambiental crítica que orienta o escopo dos programas de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental público. Analisam-se dados do CENSO da Pesca PEA Pescarte concernentes à avaliação de pescadores e pescadoras sobre projetos educação ambiental (REMA, Quipea, NEA, FOCO, Observação, PEA OGX e Pólen).

A análise econométrica multivariada evidenciou que residentes de Arraial do Cabo e Quissamã, melhores condições econômicas e escolaridade média são fatores significantes que aumentam as chances de participação nos projetos.

3.2. DIMENSÃO QUANTITATIVA - Participação em Projetos de educação Ambiental

A relação entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente sempre esteve presente durante o desenvolvimento das sociedades, e também na sociedade brasileira, em que os recursos naturais foram utilizados como fontes de riquezas e ascensão. Entretanto, a discussão sobre as consequências e impactos deste uso desordenado não é tão antiga quanto a sua prática. Somente nas décadas de 1960 e 1970 as lutas por justiça ambiental ganharam destaque ao problematizar a associação positiva entre destinação dos riscos ambientais de atividades poluidoras e comunidades marcadas pela pobreza, trazendo para o debate a imposição não democrática dos riscos ambientais nos territórios (ACSELRAD, 2002, 2018; BULLARD, 1983, 1993).

Foi na década de 1960, especificamente no ano de 1965 que o termo educação ambiental foi adotado pela primeira vez, e a partir de 1970 que a educação ambiental se

tornou um campo específico e ganhou destaque em eventos como o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, no ano de 1975 (LOUREIRO, 2003).

Com o passar dos anos e com o fortalecimento da participação e engajamento das pautas ambientalistas, o entendimento sobre a necessidade de um equilíbrio entre o uso desses recursos e a preservação ambiental ganhou força nos âmbitos sociais e políticos e chega a atingir os âmbitos legais ao tornar-se presente em leis e acordos.

Em termos oficiais, no Brasil a educação ambiental é referida pela primeira vez, com maior destaque, na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, sobre meio ambiente, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, onde se lê que compete ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (LOUREIRO, 2003, p.55)

Um dos marcos legais mais importantes da discussão da temática ambiental foi a sanção da Lei 6.938⁷, de 31.08.1981, que inaugurou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). A PNMA instaura a síntese do Direito Ambiental brasileiro, em que seu pressuposto é compreender o ambiente como patrimônio comum da sociedade. Esta foi a primeira vez que uma lei trazia uma visão global do ambiente, além de integrar na sua proteção regras contra a degradação dos recursos no usos dos seus elementos, estabelecendo assim novos objetivos, ações e instrumentos da política ambiental brasileira (FERREIRA; SALLES, 2016; MENDONÇA, 2015).

É na Constituição Federal e na Política Nacional do Meio Ambiente que institucionalizou-se o licenciamento.

Cujas diretrizes gerais foram definidas pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) 01/86 e 237/97. É um instrumento de regulação da relação público-privado e da contradição capital-trabalho, atributo exclusivo do Estado, que busca garantir certos padrões de desenvolvimento social e econômico e de proteção ambiental na autorização de execução de um empreendimento que possui potencial impacto, risco ou dano ambiental e socioeconômico.(LOUREIRO; ANELLO, 2014, p. 61)

Quando se discute sobre degradação do ambiente e aquecimento global, um dos principais debates está relacionado a um recurso muito utilizado e diretamente associado ao desenvolvimento econômico, tanto no âmbito nacional, quanto no mundial: o petróleo. Entretanto, a utilização desse recurso acarreta em conflitos ambientais já que o uso desse material pode causar a população local consequências e impactos como desterritorialização, aumento da favelização dos centros urbanos, conflitos pelo uso do espaço marítimo entre

⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em 05 Fevereiro de 2022.

outros macroimpactos e impactos difusos, conforme destacado no site do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos PEA-BC⁸ e por diversos estudiosos da temática.

O processo de licenciamento é um importante instrumento de gestão pública que prevê a identificação dos grupos prioritários e implica como condicionante a educação ambiental crítica e o estabelecimento de Programas de Educação Ambiental com clara delimitação do objeto, clareza de objetivos e metas mensuráveis a serem acompanhadas e avaliadas quantitativamente e qualitativamente (LOUREIRO; ANELLO, 2014).

O principal objetivo desta seção consiste em analisar o grau de aderência e participação e a opinião dos sujeitos prioritários da ação educativa sobre os Projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Além disso, visa investigar quais são os fatores individuais e regionais que impactam na probabilidade de aumentar as chances de participação nesses projetos. Os dados analisados provêm do Censo da Pesca realizado na primeira fase do Projeto de Educação Ambiental PEA-Pescarte, entre 2014 e 2016. O presente trabalho é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Primeiro foi realizada uma revisão da literatura sobre os principais temas a serem articulados e apresentados os projetos de educação ambiental. Nas segunda e terceira seções foram abordados os processos metodológicos para o desenvolvimento do estudo e os resultados.

No âmbito nacional o Estado tem a obrigação de medir os conflitos ambientais e seus impactos, tendo soberania para permitir ou não o uso dos recursos, no caso do presente estudo, a extração de petróleo. Em outros termos, o responsável pela Gestão Ambiental Pública (GAP), ou seja, análises, medições e pareceres que embasam a aprovação ou não da utilização dos recursos por órgãos privados ou públicos, impondo condicionantes, é o Estado (QUINTAS, 2006). O Estado usará como ferramenta de análise o Licenciamento Ambiental, que é um dos instrumentos operacionais usados pela PNMA (BUENDÍA; WALTER, 2019).

Esta ferramenta torna-se um dos pontos principais da política ambiental principalmente, segundo Ferreira e Salles, após o fim da década de 1990 em que houve sua regularização efetiva através da publicação de normas, entre elas a Resolução Conama nº

⁸ Disponível em <http://www.pea-bc.ibp.org.br/> Acesso em 17 de Março de 2022.

237/97, que “permitiram a efetiva institucionalização do licenciamento ambiental como procedimento utilizado, em última instância, para avaliar a viabilidade ambiental de projetos potencialmente causadoras de impactos ambientais” (FERREIRA; SALLES, 2016, p. 12).

Por meio do licenciamento ambiental foi entendido a necessidade da participação popular na análise dos impactos que podem ser causados ao ambiente e à população, principalmente aos grupos considerados socioambientalmente vulneráveis que tornam-se os grupos prioritários das ações de mitigação e compensação.

No caso da extração de petróleo e gás, o processo de licenciamento previu a realização de um diagnóstico rápido participativo, por meio do qual foi analisado que os grupos que mais sofrem com os danos decorrentes da atividade petrolífera são pescadores(as) artesanais e pequenos agricultores. Esses são, portanto, o grupo prioritário das ações de mitigação do impacto ambiental. Sendo a eles direcionados projetos de educação ambiental como o PEA Pescarte, que propõe o fortalecimento da organização comunitária por meio de projetos de geração de trabalho e renda (PGTR).

Cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) exigir das empresas de Petróleo e Gás a realização de projetos com o objetivo de prevenir, mitigar, monitorar e compensar os impactos ambientais e sociais produzidos por esta indústria junto a população local conforme destacado no site do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos PEA-BC.⁹

O IBAMA compreende que a educação ambiental (E.A) é uma importante peça para a realização destes projetos juntos aos grupos locais exigidos por eles. Isso porque, a E.A é entendida como uma forma de incentivar a participação dos indivíduos e do coletivo na construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a defesa da preservação do meio ambiente e uma vida de qualidade para todos. A participação da educação ambiental nesse processo de análise foi decretada através da Lei Federal 9.795¹⁰, de 27.04.1999, que instaurou a Política Nacional De Educação Ambiental (PNEA).

Conforme destacado em um estudo que apresenta o histórico da educação ambiental, um importante passo previsto pela PNEA é o direito a todos brasileiros à Educação

⁹ Disponível em <http://www.pea-bc.ibp.org.br/> Acesso em 17 de Março de 2022.

¹⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 06 Fevereiro de 2022.

Ambiental feita por meio de abordagem democrática, humanística e holística (GRANDISOLI; CURVELO; NEIMAN, 2021)

Logo após o decreto foram iniciados os Programas de Educação Ambiental (PEAs) que tem como objetivo levar essas ações educativas presente no licenciamento para os grupos vulneráveis, grupos prioritários da ação educativa. O foco recai no fortalecimento da participação política e do controle social por meio do estímulo à valorização dos conhecimentos dos sujeitos da ação em diálogo com os conhecimentos técnico, jurídico e científico.

Um dos principais documentos norteadores elaborados pelo extinto CGPEG/IBAMA para auxiliar os PEAs foi a Nota Técnica 01/2010. Este documento traz como objetivo:

propor diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção, vinculados ao processo de licenciamento conduzido pela CGPEG/IBAMA. (IBAMA, 2010).

Na Nota Técnica estão presentes definições importantes como gestão ambiental compartilhada, diagnóstico participativo, projeto de mitigação e compensação e programa de educação ambiental. Além das articulações, diretrizes, normas detalhadas e as linhas de ação que os PEAs serão divididos. Ao total o documento apresenta 6 linhas:

Linha de Ação A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental. [...] Linha de Ação B – Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural. [...] Linha de Ação C – Apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais. [...] Linha de Ação D – linha de ação específica a ser elaborada e fundamentada nos resultados do diagnóstico participativo do programa de educação ambiental. [...] Linha de Ação E – Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo.(IBAMA, 2010, p. 04)

Neste documento foram apresentados 12 Programas de Educação Ambiental em municípios litorâneos (PEA-RS, PEA-Sul, PEA-SP, PEA-Rio, PEA-BC, PEA-ES, PEA-BA, PEA-Seal, PEA-Pepar, PEA-RN, PEA-CE e PEA-Norte)¹¹, que tem um carácter regional e um objetivo de diminuir os impactos socioeconômicos da indústria de petróleo e gás nas populações locais, além de articular ações educativas que são desenvolvidas em cada Bacia.

A presente seção tem como foco o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos- PEA-BC e os seus projetos de educação ambiental- PEAs¹² que fazem parte do

¹¹<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/petroleo-e-gas/notas-tecnicas/5-2010-01-nota-tecnica-programas-de-educacao-ambiental.pdf> Acesso em 17 de Março de 2022.

¹² PEAs - Projetos de Educação Ambiental.

licenciamento e que existiam entre 2010-2016 até o momento da realização do Censo da Pesca, realizado pelo PEA Pescarte.

Estes PEAs são conduzidos pelo IBAMA como condicionantes das empresas licenciadas. No caso do presente estudo, pelos empreendimentos marítimos de produção de petróleo e gás na bacia sedimentar de Campos, com recorte temporal no início do Censo da Pesca do Pea Pescarte, 2014.

Tais projetos englobam municípios que estão localizados desde o centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o Sul do Estado do Espírito Santo. Dentro dessa localidade sedimentar, existem os empreendimentos de cinco empresas (Petrobras; Shell, Equinos, PetroRio e Dommo) e sete projetos de educação ambiental regionais. A dinâmica dos projetos de educação ambiental visa construir a emancipação e autonomia dos sujeitos através, principalmente, de processos educativos de orientação ambiental crítica.

Os PEAs presentes na Bacia de Campos até 2014 foram analisados por meio das questões do *survey* do CENSO da pesca do PEA Pescarte. A partir dos dados apresentados no site PEA BC, publicações de estudiosas da área e relatos de participantes dos projetos, organizamos breves descrições dos PEAs em questão:

- FOCO: O Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária (PEA-FOCO) é executado desde 2011 pela empresa Equinor. Com o objetivo de incentivar a criação e/ou fortalecer organizações comunitárias, incorporando e trabalhando com as mulheres inseridas direta ou indiretamente nas atividades identificadas com a pesca artesanal. Sendo assim, seu público alvo são as mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal, além de sua atuação na Linha de Ação A, o que implica no fortalecimento da organização comunitária para a atuação na gestão ambiental pública.
- NEA-BC: O Projeto Núcleo de Educação da Bacia de Campos (NEA-BC) tem como grupo alvo os jovens e as lideranças comunitárias da região. O projeto atua desde 2008 visando incentivar e promover a participação popular na definição de políticas públicas, produzir e disseminar conhecimentos na perspectiva de uma Educação Ambiental crítica e transformação. O NEA-BC é executado pelo convênio firmado entre a Petrobras e a Associação NEA-BC e está atuando com base na Linha de Ação C.

- Observação: O Projeto de Educação Ambiental Observação teve sua atuação alocada na Linha de Ação D e tinha como objetivo identificar, monitorar e encaminhar os impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás na região nos municípios sob a influência do empreendimento Campo de Polvo. O projeto estava sob responsabilidade da PetroRio e era realizado junto a representantes da sociedade civil, comunidades quilombolas, pescadores(as) artesanais, agricultores familiares, entre outros. Suas atividades foram encerradas em dezembro de 2020. Sendo incorporado ao PEA Rema, formando o PEA Redes de Observação a partir do ano de 2021.
- QUIPEA: Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (Quipea) é executado pela empresa Shell Brasil, está baseado na Linha de Ação A com a proposta de desenvolver ações de Educação Ambiental com a perspectiva de fortalecer as comunidades quilombolas em suas lutas por respeito, reconhecimento e garantia de direitos de cidadania, principalmente o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e o direito de existir como quilombolas. Sendo assim seu público alvo são as Comunidades Quilombolas presentes na Bacia de Campos. O projeto atua desde 2010.
- REMA: O Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA), encerrado em dezembro de 2020, teve como público alvo jovens ligados à pesca artesanal e foi executado pela PetroRio. O projeto atuava na Linha de Ação A com o objetivo de organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, na perspectiva de contribuir para participação qualificada dos sujeitos da ação educativa na gestão pública. Sendo incorporado ao PEA Observação, formando o PEA Redes de Observação a partir do ano de 2021.
- Projeto Pólen: Criado em 2006 e extinto em 2013, elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu público alvo eram professores/as e técnicos/as das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação e lideranças ambientalistas de organizações da sociedade civil. (WALTER et al., 2021). O Projeto Pólen abarcou 13 municípios da área de influência da Bacia de Campos e revelou lideranças por meio de formações e do diagnóstico participativo. Algumas dessas lideranças comunitárias seguem ativas como parte dos sujeitos da ação educativa e também da equipe técnica de Projetos de Educação Ambiental como os que o substituíram, a saber: PEA Pescarte e PEA Territórios do Petróleo. Esses dois PEA foram criados pela Petrobras em cumprimento às diretrizes da Norma Técnica 01/10 e como resposta ao Diagnóstico Participativo.

- Projeto OGX: O Projeto OGX, teve como público alvo pescadores(as) artesanais com o foco na gestão e sustentabilidade dos projetos resultantes do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)¹³. O projeto era baseado na Linha de Ação D e era executado pela empresa OGX. (SERRÃO, 2012).

É importante ressaltar que cada PEA presente no Programa de educação Ambiental da Bacia de campos PEA-BC, possui o seu público-alvo de acordo com sua proposta e objetivos. Entretanto, o censo, por ser feito pelo PEA-Pescarte, aplica o seu questionário apenas junto ao grupo prioritário do seu executor, isto significa que, as avaliações encontradas e analisadas nesta seção sobre os PEAs serão baseadas na visão que os pescadores(as) artesanais, ou seja, público-alvo do PEA-Pescarte, tem, sobre os outros PEAs presentes na região da Bacia de Campos.

A presente seção conta com metodologia quantitativa ao alternar análises descritivas e multivariadas. Primeiramente, foram realizadas descrições da composição do censo em relação ao número de indivíduos que participam dos projetos de educação ambiental de acordo com o sexo, escolaridade, município de residência e a ocupação na pesca. Em segundo momento, realizou-se uma análise multivariada com o intuito de analisar quais os principais fatores capazes de aumentar a probabilidade de participação dos sujeitos da pesca nos PEA.

São os pescadores(as) artesanais presentes nos 7 municípios do PEA-Pescarte que avaliaram os demais Peas. Cabe deixar claro que os sujeitos da ação educativa dos PEA avaliados podem não coincidir com os SAE do PEA-Pescarte, como por exemplo, casos entre os quilombolas que não são pescadores ou mesmo pescadores que participaram dos PEA fora da área de abrangência do PEA Pescarte. A avaliação aqui realizada se restringe aos pescadores(as) artesanais que responderam ao Censo da Pesca do PEA Pescarte e não de todos os sujeitos dos demais PEA.

¹³ O PCAP consiste em um plano que visa compensar as comunidades pesqueiras artesanais em virtude da interferência e impacto causados às suas atividades de pesca e qualidade de vida. Trata-se da destinação de recursos, através do fomento de projetos locais voltados ao fortalecimento da atividade de pesca artesanal e do uso sustentável dos recursos pesqueiros, segundo o site da Petrobras. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/programa-ambiental/plano-de-compensacao-da-atividade-pesqueira-pcap.html>. Acesso em 07/Abril/2022.

Projetos avaliados

Foram avaliados sete projetos específicos por meio de cinco perguntas para cada¹⁴, são eles: REMA, Quipea, NEA, FOCO, Observação, PEA OGX e Pólen. Permitiu-se também que os entrevistados relatassem participações em outros projetos que não os especificados.

Tabela 2: Instituições executoras, empresas e público alvo dos projetos.

PEAS	Instituição executora	Empresa	Público Alvo
Nea BC	Associação Raízes	Petrobras	jovens e lideranças comunitárias da região
FOCO	Consultoria: Transformar	Equinor	mulheres ligadas à pesca artesanal
QUIPEA	Ambiental Engenharia e Consultoria	Shell Brasil	comunidades quilombolas
PEA OGX	SOMA	OGX	pescadores(as) artesanais
REMA	AECOM (uma empresa de consultoria ambiental)	PetroRio	jovens relacionados à pesca artesanal
Observação	Associação Observação Ambiental Engenharia e Consultoria	PetroRio	representantes da sociedade civil e sujeitos prioritários da ação educativa
Pólen	UFRJ	Petrobras	professores/as e técnicos/as das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação e lideranças ambientalistas de organizações da sociedade civil

Fonte: Dos autores¹⁵.

A primeira questão do bloco de Educação Ambiental se refere à participação em algum projeto. Logo após passam aos sete projetos específicos quanto não somente à participação, mas também à frequência e modo de participação, a forma que ficou sabendo do projeto, motivos de abandono ao projeto e por fim avaliação geral.

Foi possível identificar que 3314 respondentes informaram não participar de projetos de educação ambiental, o que representa 98,7% do total de 3355 questionários válidos. Apenas 241 (7,2%) haviam participado de alguma atividade como oficinas, peças de teatro,

¹⁴ As questões do survey das quais nos valemos para a análise foram: vide anexo 3

¹⁵ Resgate histórico construído a partir de entrevistas com participantes e trabalhadores de projetos de educação ambiental.

devolutivas ou reuniões com a comunidade para discutir questões relacionadas à pesca nos últimos cinco anos. Não responderam 108 indivíduos e outros 15 declararam não saber.

Em Campos dos Goytacazes, dos 565 respondentes apenas 36 (6,4%) haviam participado de alguma atividade como oficinas, peças de teatro, devolutivas ou reuniões com a comunidade para discutir questões relacionadas à pesca nos últimos cinco anos. Não responderam 19 indivíduos e outros 2 declararam não saber. Em Macaé, do total de 296 respondentes apenas 17 (5,7%) haviam participado de alguma atividade dos PEAS. Não responderam, 6. Em São Francisco do Itabapoana, 985 responderam e 74 (7,5%) participaram de algum PEA. Não responderam, 34. Em São João da Barra, dos 472 apenas 19 (4%) participaram. Não responderam, 9. Em Cabo Frio, 509 responderam ao Censo e apenas 30 (5,9%) participaram de algum PEA. Já em Quissamã, 150 responderam e 18 (12%) haviam participado. Em Arraial do Cabo, 378 responderam o questionário e 47 (12%) haviam participado. Não responderam, 13.

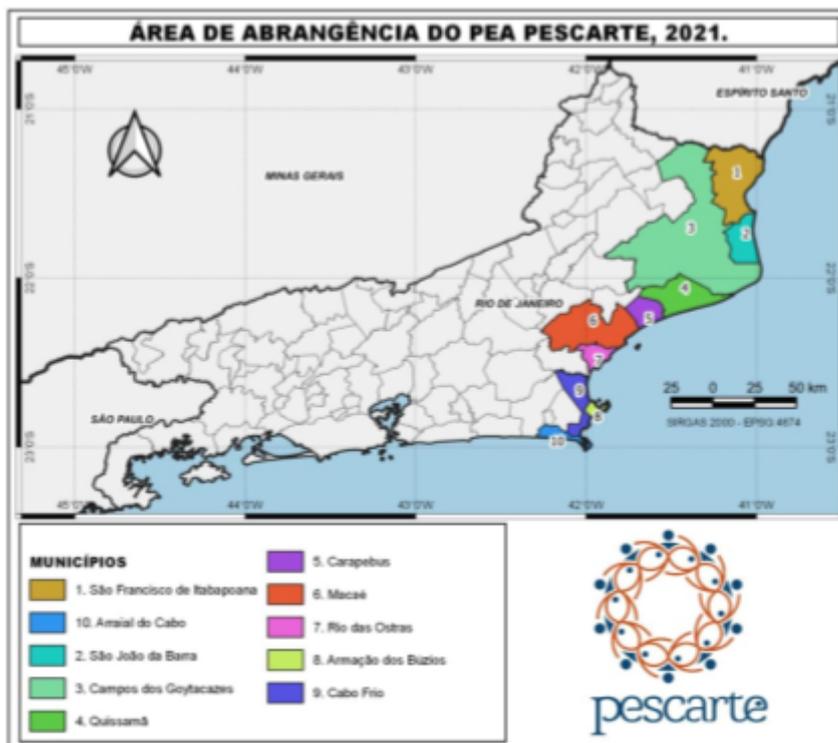
Tabela 3: Participação em projetos de educação ambiental.

Participação em PEA	Pea		Total
	Não	Sim	
Município			
Campos dos Goytacazes	529 (94%)	36 (6.4%)	565 (100%)
Macaé	279 (94%)	17 (5.7%)	296 (100%)
São Francisco do Itabapoana	911 (92%)	74 (7.5%)	985 (100%)
São João da Barra	453 (96%)	19 (4.0%)	472 (100%)
Arraial do Cabo	331 (88%)	47 (12%)	378 (100%)
Cabo Frio	479 (94%)	30 (5.9%)	509 (100%)
Quissamã	132 (88%)	18 (12%)	150 (100%)
Total	3,114 (93%)	241 (7.2%)	3,355 (100%)

Fonte: Dos autores, produzido com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

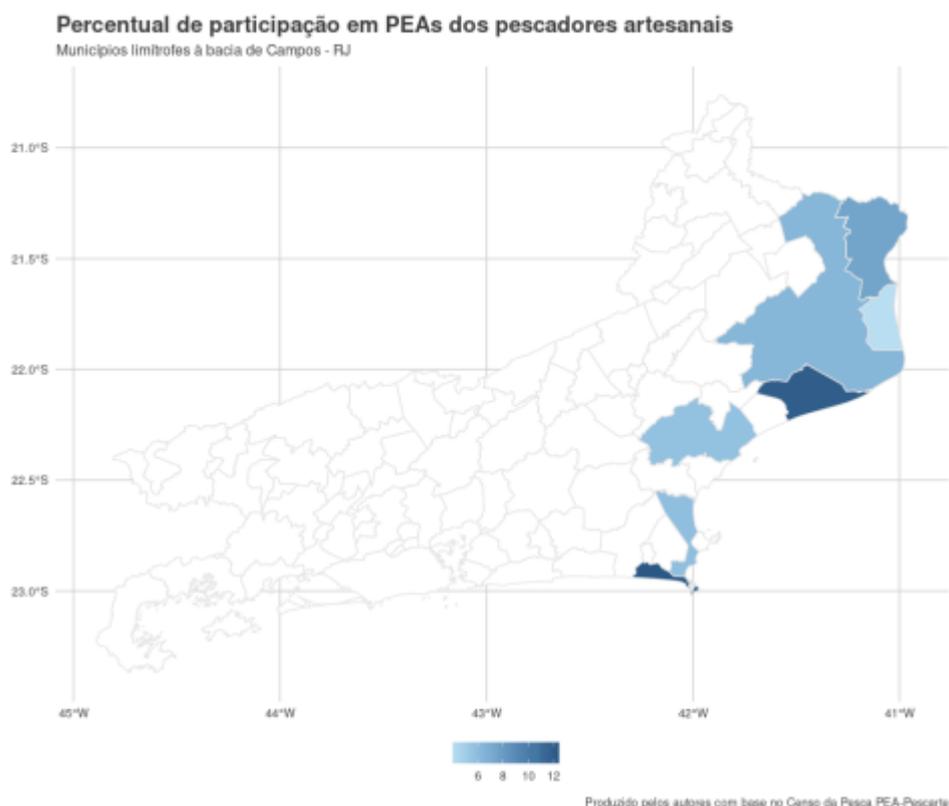
A figura 4 apresenta os municípios da área de abrangência atual do PEA Pescarte. Na figura 5 apresentamos o mapa com os percentuais de participação de acordo com os municípios de execução dos projetos.

Figura 4: Municípios Area de Abrangência do PEA Pescarte 2021-2025.



Fonte: CENSO PEA Pescarte.

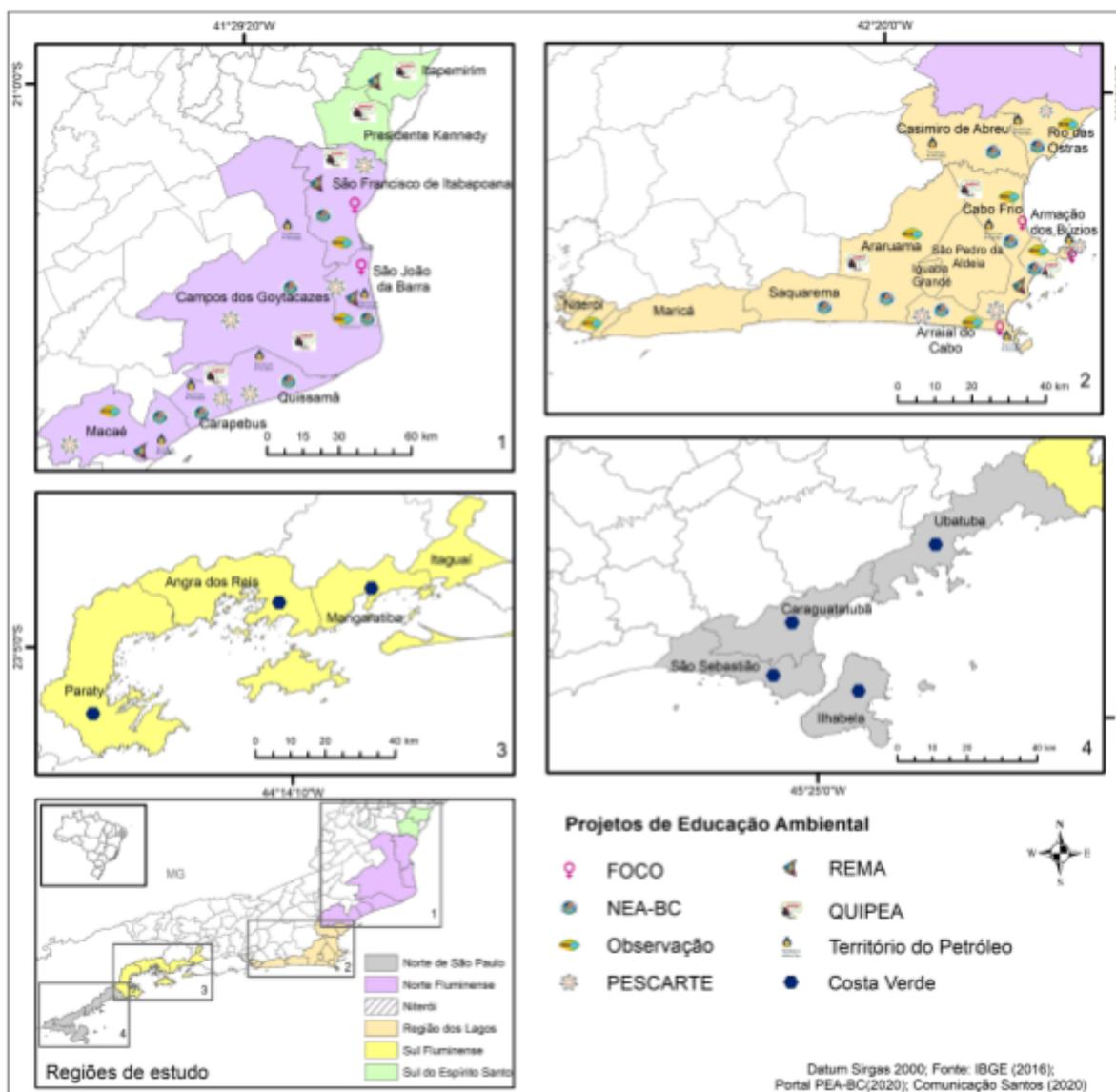
Figura 5: Municípios de participação em PEAs.



Fonte: Dos autores.

As colorações mais escuras indicam níveis mais elevados de participação. Arraial do Cabo e Quissamã foram os municípios que apresentaram níveis mais elevados de participação. Este fato pode ser explicado pela distribuição desigual dos PEA no território à época da realização do CENSO PEA Pescarte, distribuição desigual que se mantém conforme apresentado na figura 6. Há municípios que tendem a concentrar mais projetos do que outros ou mesmo possuir mais pescadores(as) artesanais. Portanto, mais adiante será realizada uma análise multivariada com o objetivo de controlar esta variação da oferta de projetos entre os diferentes municípios, assim como ponderar a concentração de pescadores no território. E na seção da dimensão qualitativa, será realizada descrição e insights a partir da observação de campo em Arraial do Cabo.

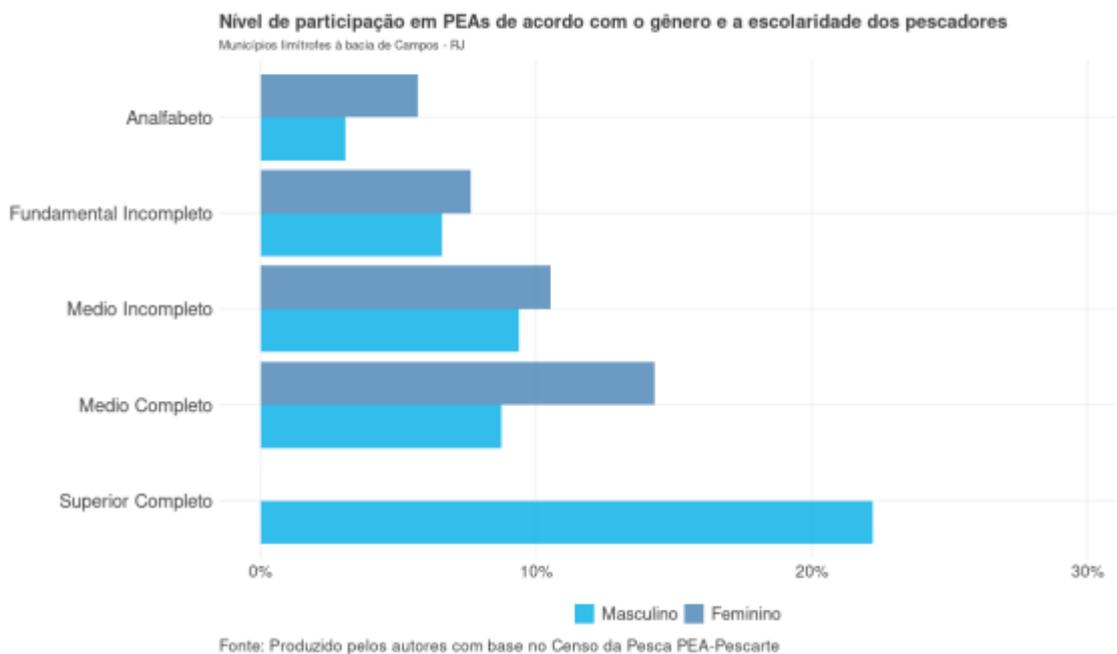
Figura 6: Projetos de Educação Ambiental



Fonte: PEA PARMIS / Laboratório MARES. Disponível em: <https://i.ibb.co/JxGv07x/PEA-PARMIS-RJ-ES-SP-Corte.jpg> Acesso em 17/02/2022

Dando continuidade à análise, no tocante ao gênero, os homens apresentaram um percentual de 6,8% enquanto as mulheres 8,6% de participação nos projetos. Este dado aparenta evidenciar uma participação mais alta entre as mulheres do que entre os homens. A figura 7 apresenta o percentual de participação de acordo com o gênero e a escolaridade. Quanto à escolaridade, em todas as categorias em que aparecem as mulheres, elas também participam mais.

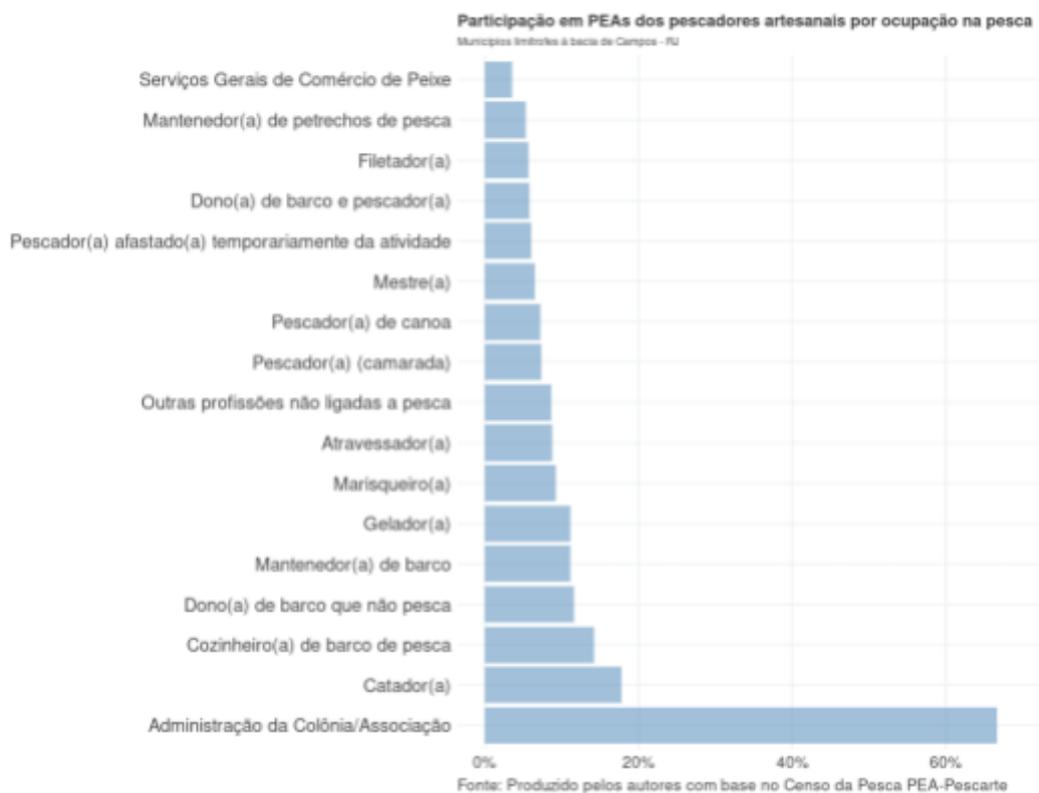
Figura 7: Escolaridade, Gênero e participação.



Fonte: Dos autores.

A interação entre participação e ocupação na pesca também foi alvo de análise bivariada e pode ser observada na figura 8. Ao investigar a relação entre essas duas variáveis, foi possível perceber que os sujeitos que mais manifestam participação foram aqueles que ocupam a posição de administrador da colônia ou associação, seguidos dos que são catadores(as) e cozinheiros(as) de barco na pesca.

Figura 8: Percentual de participação em PEAs de acordo com a ocupação dos pescadores artesanais.



Fonte: Dos autores.

A tabela 4 a seguir ressalta que apenas 20% dos respondentes que possuem ensino superior completo participam dos PEA. Ao observar a distribuição entre as categorias de escolaridade, 74% dos indivíduos se encontram até o ensino fundamental incompleto. Dos indivíduos com fundamental incompleto, 6,8% alegaram participar dos PEA. O ponto que se busca destacar com estas informações é o fenômeno da participação nos PEA, dado que aumenta positivamente de acordo com a escolaridade, seguindo a expectativa da teoria.

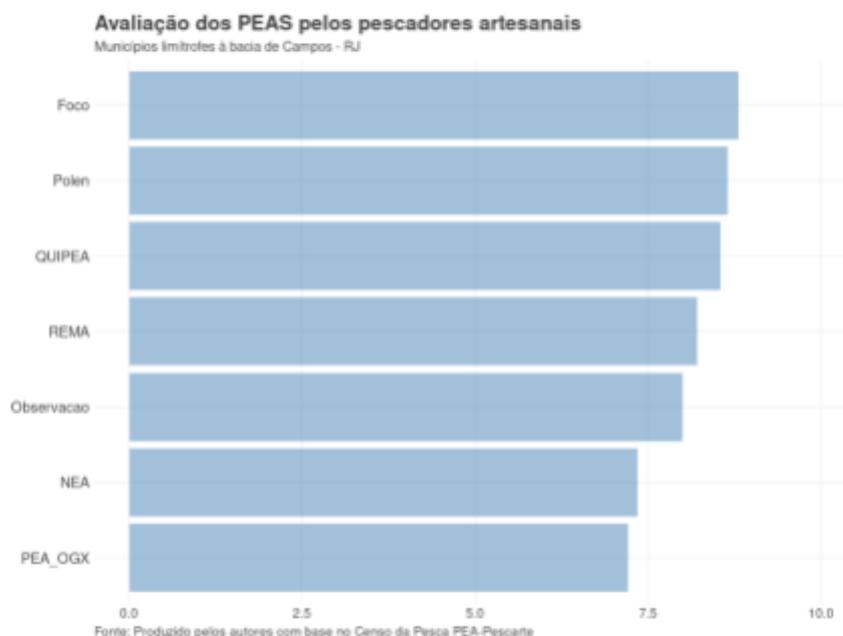
Tabela 4: Nível de participação em PEAs de acordo com a escolaridade dos pescadores artesanais.

Participação em PEA	Pea		Total
	Não	Sim	
escolaridade			
Analfabeto	251 (97%)	9 (3.5%)	260 (100%)
Fundamental Incompleto	2,015 (93%)	148 (6.8%)	2,163 (100%)
Medio Completo	276 (90%)	32 (10%)	308 (100%)
Medio Incompleto	419 (90%)	45 (9.7%)	464 (100%)
Superior Completo	16 (80%)	4 (20%)	20 (100%)
Total	2,977 (93%)	238 (7.4%)	3,215 (100%)

Fonte: Dos autores, produzido com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

A avaliação dos PEAs (figura 9) é realizada por aqueles que alegam participar dos projetos. Quanto a esta dimensão, a nota poderia ser atribuída em uma escala que ia do valor zero ao dez onde o zero indica completa insatisfação e o valor dez muita satisfação. De modo geral, os projetos tendem a receber notas médias altas de avaliação, o que indica satisfação com os projetos entre aqueles que participam. O melhor avaliado foi o Foco com média de 8,8, seguido do Pólen (8,6), Quipea (8,5), Rema (8,2), Observação (8), Nea (7,3) e o Pea OGX (7,2).

Figura 9: Avaliação dos projetos feitos pelos sujeitos da ação.



Fonte: Dos autores.

Análise multivariada

Com intuito de analisar a participação nos PEAs de forma multivariada foi construído um modelo econométrico logístico binário. A variável dependente é participação em algum dos sete PEAS (participa = 1 e não participa = 0) e as variáveis independentes foram: escolaridade, município, sexo, cor ou raça e, por fim, critério renda brasil¹⁶.

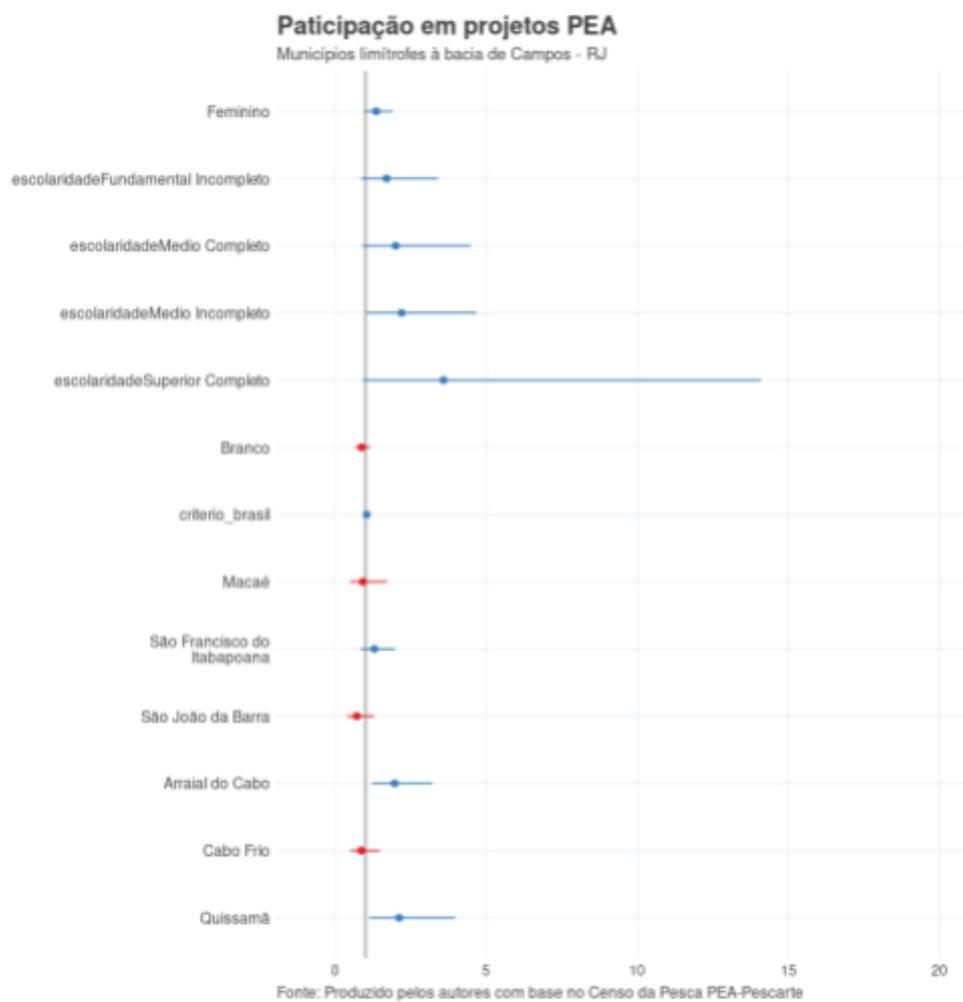
Foram incluídos 3179 respondentes principais no modelo e as categorias bases das respectivas variáveis mencionadas são: homens, sem escolaridade, não brancos residentes em Campos dos Goytacazes.

A partir da análise econométrica multivariada (regressão logística binomial), demonstrada na figura 10, foi possível observar que duas características individuais e dois municípios demonstraram efeitos positivos e estatisticamente significativos: elevado padrão

¹⁶ Indicador criado com base na metodologia do Critério Renda Brasil do ano de 2020 elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). As variáveis utilizadas para a construção desta dimensão foram, quase em sua totalidade, as mesmas utilizadas no Critério Renda Brasil. Estas variáveis estão dispostas no bloco ASP.14 do questionário de Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras da Baía de Campos e estão de acordo com o bem de consumo, bens imóveis e acesso a serviços públicos. As diferentes questões do bloco receberam diferentes pontuações.

de consumo, possuir ensino médio incompleto e morar na região de Arraial do Cabo ou Quissamã, todas com sinal positivo. Possuir ensino médio incompleto aumenta em 2.19 vezes as chances de um pescador participar de um PEA em comparação com um pescador sem escolaridade (os demais níveis de escolaridade também se demonstraram positivos, porém, sem significância estatística). E ser residente em Arraial do Cabo aumenta em 96% e Quissamã 111% a chance de participar de algum PEA do que um pescador residente em Campos dos Goytacazes.

Figura 10: Representação gráfica das razões de chances estimadas para participação em projetos PEA (modelo logístico binomial).



Fonte: Dos autores.

Dito de outra forma, indivíduos da pesca com mais alto *score* de poder de consumo que moram em Arraial do Cabo ou Quissamã apresentam maior probabilidade de participar dos projetos. Além disso, possuir ensino médio incompleto também aumenta as chances de participação. Esses resultados corroboram com o que pode ser observado em Arraial e Quissamã, visto que são municípios que possuem uma forte tradição de associação.

Tabela 5 - Instituições ao longo do tempo em Arraial do Cabo

APAC - Associação de Pescadores de Arraial do Cabo
UEPA - União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro
ABTEPAC - Associação dos Barqueiros Tradicionais e Extrativistas das Praias de Arraial do Cabo
APESCAC - Associação de Pescadores em Caíco de Arraial do Cabo
FIPAC - Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo
ACRIMAC - Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo
AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
APESCARPA - Associação de Pescadores Artesanais de Canoa de Rede da Praia dos Anjos
APATAC - Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo
APAPP - Associação de Pescadores e Amigos da Praia do Pontal
APAMAC - Associação de Pescadores Artesanais e Mergulhadores de Arraial do Cabo
AMAC - Associação de Marisqueiros de Arraial do Cabo
ASPEAFIMA - Associação de Pescadores Artesanais de Figueira, Monte Alto e Adjacências
Colônia Z-5
Capatazia da Colônia Z-5
MUPAAP - Mulheres Pescadoras e Artesãs e Aquicultoras da Prainha
Cooperativa de Mulheres Nativas
ONG Lagos em Ação
ABTBPA - Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos
AVPTBBA - Associação dos Verdadeiros Pescadores e Turismo de Barcos de Boca Aberta
CP - Resexmar/AC - Conselho de Pesca da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
APESCAPGIN - Associação dos Pescadores Artesanais do Parque das Garças Integrada
APAMA - Associação dos Pescadores Artesanais de Monte Alto
COOPPTBCAC - Cooperativa de Pesca e Turismo de Base Comunitaria de Arraial do Cabo
Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira Entreponto de Pescados Osorio Ferreira
APP - Associação de Pescadores da Prainha

Fonte: Ademir Alves Pereira Júnior, supervisor municipal do PEA Pescarte em Arraial do Cabo

Esses dados dialogam com os achados apresentados nos estudos sobre associativismo e pesca artesanal de Peixoto e Belo (2019) no tocante à variação positiva entre participar das colônias e ser de Arraial do Cabo e Quissamã. O presente estudo dialoga com os dados apresentados pelos autores acerca da adesão ao associativismo, estão relacionados com a propensão em ser de Arraial do Cabo e Quissamã e participar nos PEAS, conforme apresentados nas figuras anteriores. A relação entre esses resultados pode estar relacionada ao fato de que os Peas se valem da relação com as colônias como porta de entrada nas comunidades de pesca.

Peixoto e Belo (2019) ao analisarem os dados do CENSO da Pesca do PEA Pescarte sobre a participação dos pescadores nas colônias, identificaram que em Arraial 54% informaram participar das colônias. Quissamã apresenta o índice mais elevado entre os sete municípios no tocante à participação nas colônias, 76,7% dos entrevistados declararam participação nas colônias. Ainda que a maioria dos pescadores participem como ouvintes, como destacam os autores.

Em relação aos resultados quanto à escolaridade, os dados corroboram com a literatura, visto que é esperado que a taxa de participação seja maior de acordo com o aumento da escolaridade dos indivíduos, tal como a renda. Sendo assim, quanto melhor as condições econômicas e de escolaridade, maiores as chances de participação em projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento. Este é um achado que faz refletir sobre as condições socioeconômicas necessárias para a participação e que tipo de suporte os projetos devem fornecer para que o público alvo se torne um efetivo sujeito da ação educativa.

Assim como a variável sexo (feminino = 1), a cor ou raça também não apresentou significância estatística. Ou seja, não se pode afirmar que estas características impactam nas chances dos pescadores participarem ou não dos PEAs. Não obstante, especificamente na questão de gênero, acredita-se que o baixo número de casos tenha elevado sobremaneira o erro-padrão e dificultado a significância estatística.

A partir das discussões acerca da origem e funções dos projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento foi possível realizar as análises acerca das participações e avaliações dos pescadores(as) artesanais em sete PEAS nos municípios limítrofes à bacia de Campos que incluíram essas populações tradicionais em seus respectivos públicos alvo.

Nas análises bivariadas foram verificados que os membros pertencentes às administrações das colônias são os mais propícios à adesão aos PEAs. Faz parte da estratégia dos PEAs de conseguir acesso aos pescadores via colônia (e associações quando existem). É por meio destas instituições que muitos projetos entram no campo e fazem o primeiro contato com o público alvo (no caso, sujeitos da ação educativa), portanto, não é surpreendente que os membros das colônias tenham maior participação nos PEAs.

Constatou-se nas análises multivariadas por meio de modelos econométricos logísticos binários que pescadores(as) com ensino médio incompleto e residentes em Arraial do Cabo e Quissamã possuem maiores chances de participação em PEAs. Não foram verificados impactos estatisticamente significativos nas variáveis de gênero nem mesmo cor ou raça - fato que merece maior investigação posto que determinadas categorias estão sub representadas no Censo da Pesca PEA-Pescarte, instrumento aqui utilizado para as inferências estatísticas.

Particularmente no que concerne à questão de gênero, a variável não demonstrou impacto estatisticamente significativo ao nível de 0.5% muito provavelmente pelo baixo número de respondentes principais do sexo feminino.

Ainda que a constatação seja de baixa participação dos pescadores(as) nos diferentes PEAs analisados, outro fator que também merece atenção é que os participantes, mesmo sendo relativamente poucos, em geral, tendem a conceder notas altas nas respectivas avaliações. Em via de regra, os cinco PEA analisados obtiveram avaliações muito positivas.

Estes achados empíricos apontam para uma necessidade de futuros estudos com metodologias qualitativas que proponham investigar em profundidade a qualidade e efetividade dessa participação. Na sequência apresentamos reflexões iniciais desse esforço a partir de dimensões qualitativas.

3.3. Justificativa para a escolha do Município e foco do Estudo de Casos

Selecionamos as marisqueiras e pescadoras, pela sobreposição de riscos a que estão submetidas, que perpassam a divisão sexual do trabalho, a invisibilidade, a dimensão da atividade tipificada como “ajuda”, o não reconhecimento jurídico das atividades, o não recebimento do seguro defeso e o sofrimento nos frigoríficos e fundos de quintal. Mas não

somente por essas justificativas. As selecionamos, também, devido ao reportado nas análises de clusters, para a dimensão da participação/associativismo. uma vez que aparecem, posicionadas em posição mediana no gráfico, e não na parte inferior, junto às outras profissões que compõem o grupamento mais vulnerável segundo o indicador de sócio-risco desenvolvido para a tese.

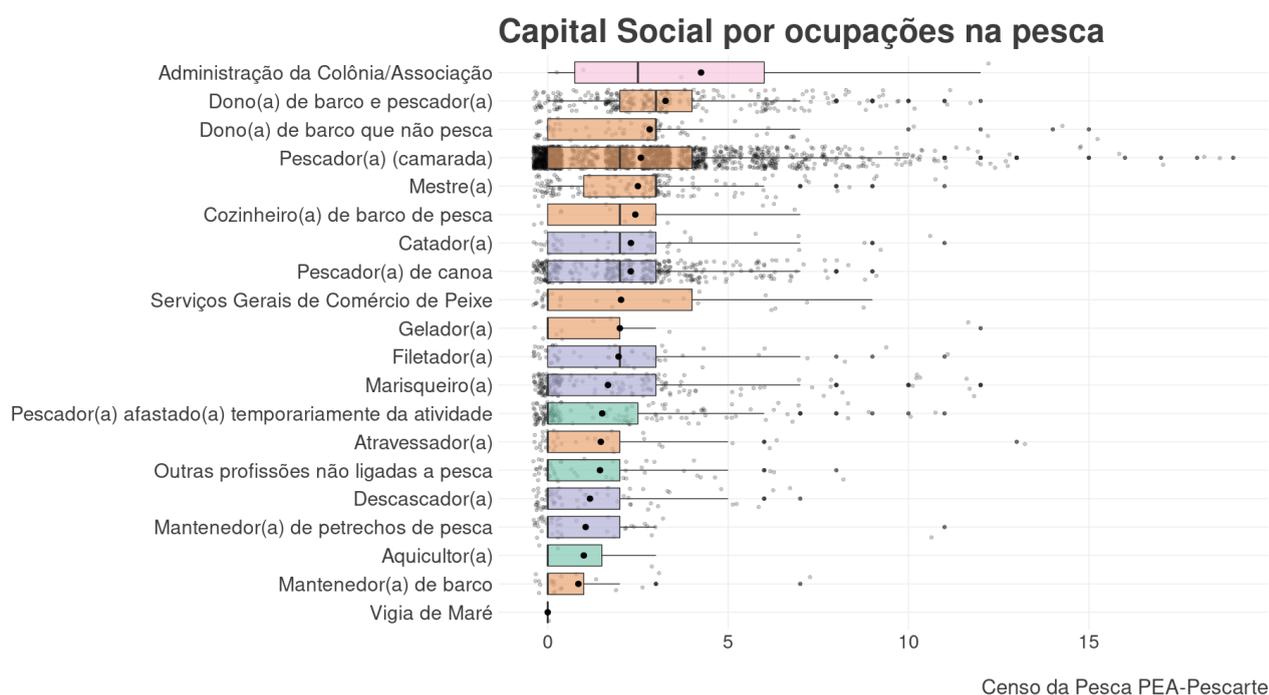
Esta dimensão foi operacionalizada a partir do bloco de perguntas do *survey* que busca mensurar a propensão ao associativismo entre os trabalhadores(as) na cadeia da pesca.(PEIXOTO; BELO, 2019) Dentre as perguntas feitas aos sujeitos,¹⁷ escolhemos: se participa e com que frequência.

Estabelecemos um critério de pontuação: os que responderam que participam ganharam 1 ponto, os que responderam que não ganharam 0 pontos. No tocante à frequência com que participam atribuímos 4 pontos aos que responderam que foram em todas as reuniões, 3 pontos aos que responderam que participaram de quase todas. Aos que responderam que participaram de quase nenhuma e nenhuma reunião, atribuímos, 2 e 1 pontos, respectivamente.

Não surpreende no gráfico, a posição dos(as) Administradores(as) da Colônia/Associação, o que surpreende são as posições dos (as) Catadores, Marisqueiras(as) e Filetadores(as), que estavam em posições que sugerem maior sofrimento (alto índice de insegurança alimentar, baixa quantidade (per capita) de recursos financeiros e baixo índice de consumo). Ao contrário dos debates clássicos da teoria, os dados sugerem que entre os participantes do *survey*, entre os sujeitos mais vulneráveis, um esforço em ocupar arenas de participação, ou minimamente a identificação desses espaços como *locus* de uma rede de proteção inspirando que participem.

¹⁷ CSLF.1. Eu vou citar algumas instituições associativas e gostaria de saber se elas existem, se o (a) Sr. (Sra.) ou algum familiar participa de alguma delas, quando aconteceu a última reunião, se participou dela, se não, porque não participou, e com que frequência o (a) Sr (Sra.) participou das reuniões.

Figura 11: capital social ocupação na pesca



Fonte: Censo da Pesca Fonte: PEA-Pescarte. Elaboração nossa.

Para operacionalizar o conceito de estratos sociais da pesca foram criados indicadores com o objetivo de classificar por meio da análise de cluster os pescadores artesanais de acordo com a classe de consumo (a partir da metodologia do Critério Renda Brasil), a renda familiar per capita em reais, a escala de percepção de insegurança alimentar (EBIA) da população e, por fim, o índice de capital social (a partir das questões ligadas ao bloco capital social, do *survey*).

O argumento fundamental da tese doutoral é que ao olhar separadamente esses índices, é possível identificar que esses indivíduos são em sua maioria pobres, porém há entre esse estrato uma heterogeneidade que precisa ser cotejada. Entendemos que elaborar políticas públicas e ações de mitigação de impacto ambiental, sem considerar essa heterogeneidade, deixando a cargo da discricionariedade dos agentes implementadores das políticas a responsabilidade de equanimizar as diferenças de necessidades e expectativas perpétua assimetrias e práticas informais de mediação de interesses.

No entanto, olhar dados desagregados¹⁸ e a cada índice separadamente ainda que tenha um importante impacto na etapa exploratória do estudo, não nos permite avançar.

¹⁸ Em função do recorte do presente artigo, não apresentaremos aqui os outros três indicadores.

Dando continuidade à análise passamos para a etapa da elaboração um modelo agregando os quatro indicadores.

3.3.1. Grupos de ocupações na pesca artesanal

A fim de construir um modelo do sociorisco agregamos os quatro indicadores anteriormente descritos. Com o objetivo de identificar a homogeneidade/ heterogeneidade intra-grupos para futuramente nos permitir refinar o debate sobre estratos sociais na pesca artesanal, buscamos mensurar a organização dos grupos das ocupações por meio da técnica de clusterização.

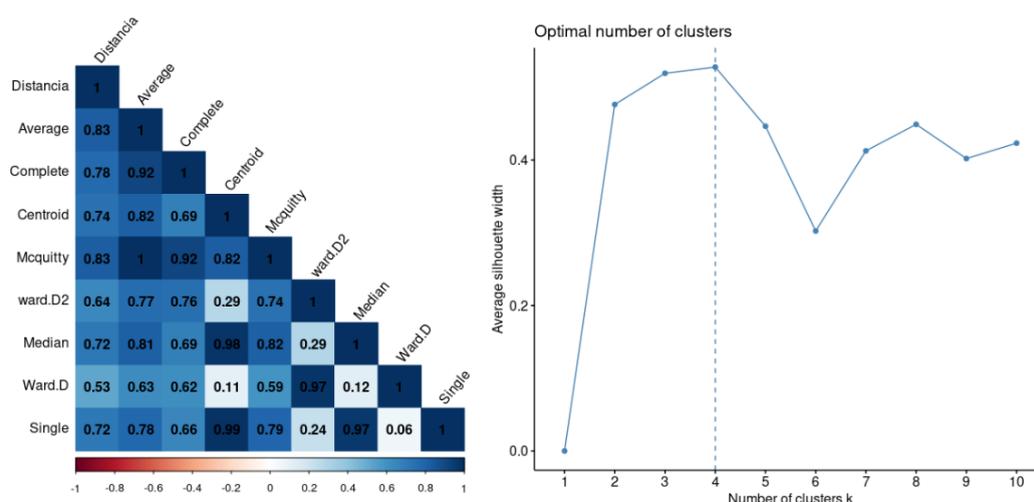
Como um dos procedimentos padrões para a técnica estatística multivariada aplicada no trabalho, o método de cálculo das distâncias - critério de escolha para os agrupamentos - foi o Euclidiano que é descrito pela equação abaixo:

$$d(\underline{x}, \underline{y}) = \sqrt{\sum_{i=1}^p (x_i - y_i)^2}$$

Ainda como um passo para construção da análise de cluster, foi calculado o número ótimo de clusters. Para definir a quantidade de grupos utilizou-se o teste de “silhueta”, que define o número ótimo de cluster por meio da comparação das médias de máximos e mínimas distâncias de cada observação para o grupo em si.

A escolha do método de mensuração das distâncias intragrupos se deu por meio da matriz de correlação cofenética entre o vetor de distâncias euclidianas (“Distância”) com os resultados dos diferentes métodos (“Average”, “Complete”, “Centroid”, “Ward.D2”, etc.). A partir deste teste, foi selecionado o método *average* que apresentou correlação cofenética (0.83) mais próxima de 1 o que indica a melhor solução de agrupamento.

Figura 12: correlação cofenética e número ótimo de cluster



Fonte: Elaboração própria

Como base para a averiguação do cálculo das distâncias de dois conjuntos de observações clusterizadas foi o teste *cophenetic*¹⁹ entre as observações do censo e observar a dissimilaridade entre os grupos.

3.3.2. Interações dos quatro grupos entre três dimensões

A partir do gráfico de dispersão tridimensional com as variáveis no nível individual (pescadores) é possível afirmar que há uma grande concentração nos estratos médios devido a grande quantidade de casos entre os “pescadores camaradas” e “pescadores afastados temporariamente”.

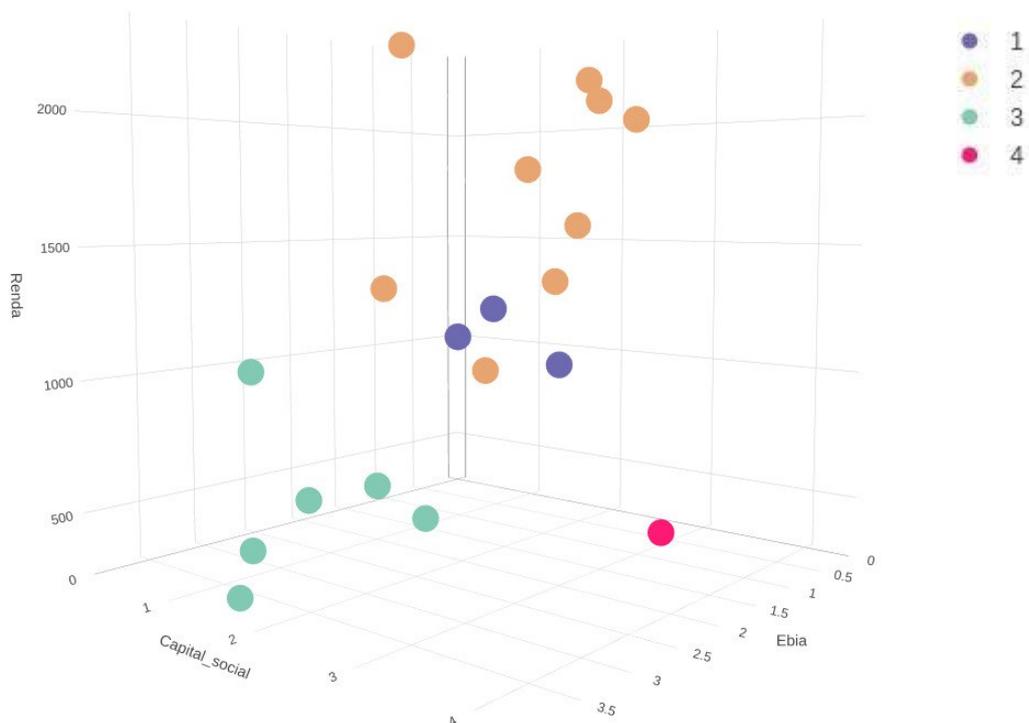
O gráfico revela agrupado no grupo 1 os sujeitos em maior vulnerabilidade, a “ralé” (SOUZA; GRILLO, 2009) da pesca, o que corrobora os debates da temática da imposição desigual dos riscos ambientais entre pescadores artesanais que identificam grande vulnerabilidade entre esses sujeitos. Nesta direção, é importante destacar que assim como indica o dendograma na seção a seguir, há uma concentração dos casos nas regiões do gráfico que revelam que a maioria dos sujeitos tem renda familiar per capita baixa e estão localizados abaixo de C2 na classificação do critério renda brasil aplicado ao Censo da Pesca, porém com diferentes níveis de insegurança alimentar. O que reforça o argumento da necessidade de

¹⁹ Por meio da função *cophenetic* do pacote *stats* (hospedado no R-Cran)

aprofundamento das análises a fim de descortinar a heterogeneidade entre o que convencionou-se chamar: pobres.

A seguir apresentamos os quatro grupos e as ocupações neles contidas.

Figura 12: Gráfico de dispersão entre interação Renda, capital social e EBIA



Fonte: Dados PEA Pescarte. Elaboração dos autores.

3.3.3. Análises de cluster

Análise de agrupamentos para classificar as ocupações a partir das semelhanças e diferenças entre os indivíduos que pertencem a cada grupo. O agrupamento dos indivíduos foi feito em função das quatro dimensões (renda per capita, insegurança alimentar, classe de consumo e capital social).

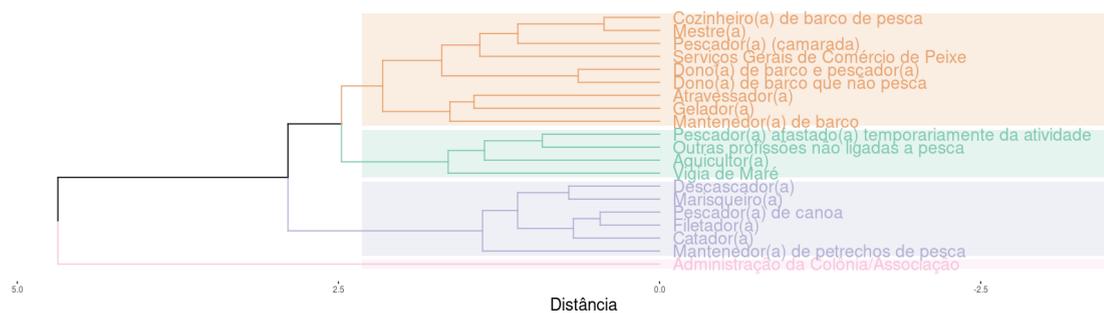
O intuito principal de criar os quatro indicadores descritos anteriormente e interagi-los com as ocupações na pesca foi o de verificar possíveis grupos com características individuais semelhantes entre si e diferentes das características dos elementos de outros grupos. Para este

objetivo foi aplicado a técnica estatística de análise de agrupamentos (cluster)²⁰ hierárquico com base na similaridade (distância) entre os sujeitos.

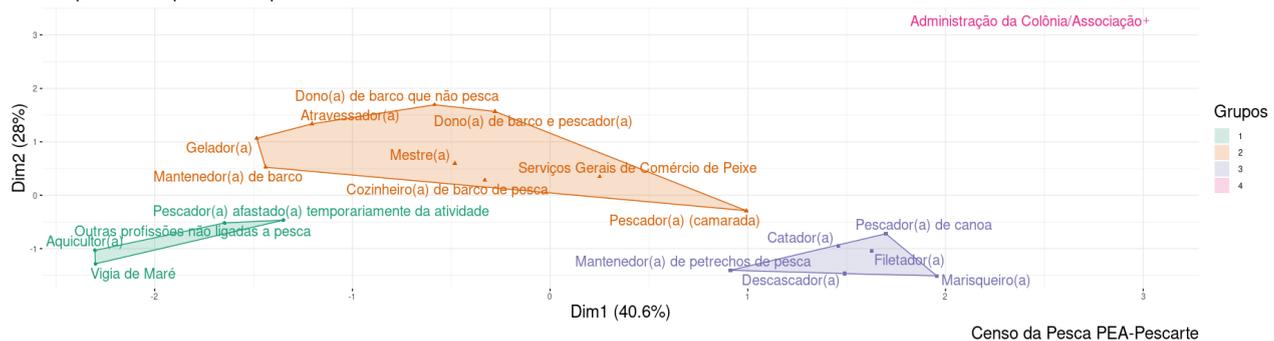
A partir do cálculo da distância entre os grupos, agrupados por semelhanças intra-grupo e dissimilaridades entre os grupos, o resultado pode ser visualizado por meio do dendrograma abaixo e do gráfico r.

Figura 13: Dendrograma e gráfico

Dendrograma: ocupações da pesca



Grupos de ocupações na pesca artesanal



Conforme sugerem as análises iniciais, os pescadores(as) artesanais do censo da pesca artesanal estão concentrados nos estratos mais baixos, abaixo do estrato C2 do Critério Brasil. Ou seja, há altas concentrações dos sujeitos em baixos valores dos estratos, ao aplicar o critério Brasil na análise crítica do censo da pesca artesanal da região do norte fluminense, semelhante a um funil invertido, remetendo ao diagrama- Representação das Classes Sociais por Níveis de Renda apresentada por Darcy Ribeiro.(RIBEIRO, 2015, p. 161)

O critério utilizado foi um índice de conforto doméstico medido objetivamente pelos bens que havia na vivenda. Uma trempe para cozinhar, um pote, um prato e alguns talheres podiam valer quarenta pontos; enquanto uma casa cheia de todos os bens, com televisã, geladeira, telefone e automóveis, podia valer até 2800 pontos.

²⁰ Para o desenvolvimento da análise foi utilizado o pacote *factoextra* integrado ao Software estatístico R.

Conforme apresentaremos no debate teórico, grande parte dos estudos tem nessa clivagem a chave explicativa, mas nossos dados sugerem um comportamento diferente dos dados entre os sujeitos da pesca artesanal. Em segundo momento, a análise dos boxplots permitiu visualizar paridade em relação ao critério de renda entre a distribuição dos casos dos autodeclarados brancos e pardos.

As medianas de todas as categorias estão centradas aproximadamente em 17 pontos do critério de renda, ou seja, metade dos casos do censo estão localizados nas pontuações mais baixas do indicador. Esse dado nos conduz à ratificação exposta no debate teórico para investigar essa estratificação de classes característica da sociedade analisada.

As análises iniciais do estudo dos dados do CENSO da pesca sugerem paridade com os achados clássicos, no tocante à concentração da população da amostra nas classes abaixo do que o critério de consumo renda Brasil rotula como classe C2.

Em seções específicas do presente estudo apresentaremos a investigação da relação dos indicadores do modelo aqui apresentado, com as questões do survey que investigaram a avaliação de serviços e políticas públicas, dependência de programas de governo e percepção ou não de conflitos e impactos ambientais.

Ficará para etapas posteriores da tese a elaboração do conceito de classe social a partir da conjugação entre os estratos sócio ocupacionais aqui abordados com as análises de riscos socioambientais. Acreditamos ser importante refletir sobre a categoria sociorisco.

Tomamos o termo sóciorisco para descrever as situações de riscos sociais e ambientais nos territórios cruzando nossos quatro indicadores acima descritos, com as questões do questionário do Censo, que revelam os diferentes tipos de petrechos e diferentes tipos de embarcações e questões que revelem a dependência de programas sociais.

Outro bloco do questionário que se mostra importante para análise da imposição desigual do risco são as questões que mensuram a opinião dos sujeitos sobre os conflitos presentes no território e o impacto gerado pela extração e exploração do petróleo e gás, pela Petrobras.

A percepção da importância da relação inter e transdisciplinar, e da pesquisa ação, munida de intencionalidade pedagógica, que orienta o projeto de educação ambiental Pescarte, está presente nos argumentos de Porto (2012). Segundo ele, esse conceito de transdisciplinaridade é central para a o estabelecimento de diálogo e para a quebra de

paradigmas entre os profissionais, os especialistas e as populações vulneráveis por fornecer metáforas que facilitam a comunicação e atendem as necessidades de compreensão dos problemas ambientais de forma mais complexa.

Outro ponto importante ressaltado dentro da perspectiva transdisciplinar por Porto é a crítica que ele faz a suposta “neutralidade” da ciência, que em sua perspectiva racional, separa o ser “cidadão” do ser “ciência” e “coisifica” os indivíduos em estado de vulnerabilidade como meros objetos de estudos.(PORTO, 2012) É nesse sentido que tratamos os(as) respondentes do *survey*, os(as) entrevistados(as) como sujeitos e é com a intenção de ir além dos dados que pretendemos em certa medida incluir nas análises as vozes desses sujeitos captadas por meio de entrevistas, grupos focais e observação.

Conforme apresentado, identificamos a alta vulnerabilidade das marisqueiras. A fim de adensar a análise fomos²¹ até elas, marisqueiras, catadoras e também pescadoras para ouvi-las, para saber delas suas opiniões, percepções e trajetórias. Na seção a seguir apresentamos alguns achados iniciais das evidências junto a esse grupo marcado pela sobreposição de riscos e pela invisibilidade.

4. DIMENSÃO QUALITATIVA.

Um dos maiores obstáculos enfrentados pelos membros da comunidade pesqueira nos espaços de deliberação e decisão é o preconceito em relação à sua maneira particular de se expressarem e de fazerem uso da língua portuguesa. Neste sentido, compreender como os sujeitos se expressam e, ainda, estimulá-los a valorizarem seus conhecimentos e formas linguística, como transmitem seus saberes ancestralmente de pai para filho, passa também por aclarar que não há falar correto, há falares.

Neste sentido, entrevistas, grupos focais, participação em reuniões, são importantes para captar opiniões, saberes e conhecimentos, mas também, como instrumentos pedagógicos para estimular os sujeitos a se expressarem, problematizando a perspectiva colonial excludente que reflete no alijamento dessas populações dos espaços decisórios.

A seção seguinte é composta de análise documental, revisão bibliográfica, dados do Censo Pescarte e de evidências empíricas decorrentes de observação e entrevistas com

²¹ Em função da Pandemia de Covid 19 as entrevistas foram realizadas por telefone e via meet.

mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal residentes no município de Arraial do Cabo.²²

4.1. DIMENSÃO QUALITATIVA- Estudo de caso sobre participação e cooperação feminina em Arraial do Cabo.

No esforço do processo educativo do Projeto de Educação Ambiental, PEA Pescarte, uma atenção especial foi dispensada à questão da mulher pescadora. Isto porque a invisibilidade das mulheres na cadeia produtiva da pesca, foi identificada no diagnóstico participativo²³ que norteou a elaboração do plano de trabalho do PEA Pescarte, localizado na linha de ação A, em conformidade à NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 ²⁴.

Conforme informa a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA, o Diagnóstico Participativo possui quatro propósitos: (i) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; (ii) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; (iii) identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico; e (iv) identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa.

Nesse processo de identificação de vulnerabilidades e reconhecimento de grupos prioritários, destacou-se a população tradicional de pesca artesanal. Essa população foi identificada como o grupo com alta vulnerabilidade pelo Diagnóstico Participativo Rápido realizado pela empresa SOMA. Sobre as mulheres, historicamente invisibilizadas na cadeia produtiva da pesca, recaem sobreposições de riscos socioambientais. (CEZAR; THEIS, 2020; HUGUENIN; MARTÍNEZ, 2021; MARTÍNEZ; HELLEBRANDT, 2019)

²² Os achados aqui apresentados foram apresentados no 10º Coninter em novembro de 2021 em artigo escrito em parceria com a Cientista Social Olga Maria de Souza Santos e a graduanda em Ciências Biológicas Daniele Cantanhêde Gomes, ambas, educadoras ambiental do Pea Pescarte. <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437264-participacao-feminina--autonomia-e-valorizacao-do-trabalho-feminino-na-pesca-artesanal/>

²³ Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Disponível em: http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/60_relatorio_pea_bc_rev.04_final.pdf Acesso em 12/12/2021

²⁴ Linha de Ação A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental: desenvolver processos formativos junto ao público prioritário definido pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA, a ser identificado na região por meio de diagnósticos participativos. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/petroleo-e-gas/notas-tecnicas/5-2010-02-nota-tecnica-p-ogramas-de-educacao-ambiental-alteracoes-nt-01-2010.pdf> Acesso em 12/12/2021

O Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, e tem por objetivo principal o fortalecimento da organização social por meio de projetos de geração de trabalho e renda. Durante a primeira fase do PEA Pescarte foi realizado o primeiro CENSO Pescarte da Pesca, na segunda fase de atuação do PEA Pescarte foram escolhidos e conquistados pela comunidade de pesca artesanal, 14 Projetos de Geração de Trabalho e Renda- PGTR's (a serem custeados pela Petrobras e executados pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, sob supervisão do IBAMA).

Dentre os 14 empreendimentos previstos, 04 serão implementados agora na terceira fase do projeto, iniciada em 2021 e em vigência até Janeiro de 2025.

Entre os empreendimentos previstos para a implantação, destacamos na presente seção: a maricultura, a ser implantada na RESEX do município de Arraial do Cabo, como uma oportunidade de integração de mulheres uma vez que os empreendimento será organizado através de organização coletiva composta por grupos de famílias, cujos membros se revezarão no trato da fazenda marinha. O que permitirá maior flexibilidade nos turnos o que poderá ser um diferencial na inclusão das mulheres que estão, em grande medida, com jornadas de trabalho divididas entre a luta pela subsistência e as rotinas de cuidados com as pessoas, e com a moradia, a alimentação, a higiene e a saúde dos membros da família, reproduzindo a divisão sexual do trabalho.(DURKHEIM, 1977)

O processo de implantação da Unidade Produtiva de Maricultura possui quatro objetivos específicos: 1. Identificar a importância do trabalho da mulher na maricultura como construção de autonomia feminina; 2. Possibilitar a qualificação profissional das mulheres da pesca como produtoras; 3. Caracterizar e valorizar o trabalho na pesca artesanal exercida por mulheres em Arraial do Cabo; 4. Verificar por meio do diagnóstico de parentesco (composto por entrevistas on line) de que maneira as mulheres constroem seu espaço e utilizam seu tempo na comunidade de Arraial do Cabo.

Arraial do Cabo faz parte dos municípios da área de abrangência do PEA Pescarte desde a primeira fase do projeto em 2014. Outros Projetos de Educação Ambiental atuam no município em questão, são eles: PEA Territórios do Petróleo, Nea BC, Foco e o PEA Rede Observação²⁵.

²⁵ A relação dos Projetos de Educação Ambiental em execução na Bacia de Campos podem ser encontrados na página da web do PEA BC. Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-selecao>

Apesar de desempenharem atividades importantes na cadeia produtiva da pesca, as mulheres têm seu trabalho tratado como inferior quando comparado às atividades desenvolvidas por homens. Como categoria de ajuda. Reproduzindo o padrão da divisão sexual do trabalho marcada pela dominação masculina e seus aspectos simbólicos, conforme problematizado por Bourdieu.

Conforme apontado por diversas autoras dedicadas à temática da invisibilidade feminina na pesca artesanal, a atividade laboral feminina na cadeia da pesca é historicamente considerada como “ajuda” ao trabalho do homem, o que implica não apenas o não reconhecimento social da atividade do trabalho, implica também a não conquista de direitos como o seguro defeso, por exemplo.(FONSECA et al., 2016; HUGUENIN; MARTÍNEZ, 2021; WOORTMANN, 1992)

Considerando o papel histórico e cultural das mulheres na sociedade, não somente no âmbito pesqueiro, é importante refletir acerca do fato que suas relações de trabalho se dão, em geral, em paralelo ao cuidado dos filhos, no caso de mulheres mães, da casa e do preparo da alimentação da família. Assim, em seus espaços de trabalho, as mulheres pescadoras precisam construir estratégias de conciliação e flexibilidade entre os horários de trabalho e as demandas de cuidados da família, principalmente dos filhos menores. Desse modo, percebe-se que a divisão sexual do trabalho intensifica a opressão e a desigualdade entre os sexos no trabalho pesqueiro.

As marisqueiras encontram-se em extrema pobreza, vulnerabilização e alta insegurança alimentar, conforme revelado pelas análises cujos achados estão expostos na seção dedicada à caracterização do objeto. No entanto, entre elas, além de formas de sobrevivência são observadas estratégias de auto valorização e discurso e prática de empoderamento coletivo por meio do associativismo.

As mulheres da pesca de Arraial do Cabo utilizam a arte – em especial a atividade de confecção de bijuterias, rendas de bilros e gastronomia – para a preservação da pesca artesanal e do meio ambiente. Desenvolvem e organizam seus trabalhos por meio de cooperativas, que são “compostas majoritariamente por mulheres, como é o caso da “Sol, Salga e Arte” com 70% das cooperadas mulheres (a maioria marisqueiras) e 30% de homens; e, dedicadas ao beneficiamento do pescado em uma composição estatutária de 100% de mulheres apresenta-se a cooperativa “Mulheres Nativas”, localizada na praia Grande. (RIBEIRO; DO NASCIMENTO, 2020, p. 29)

Em ambas, é possível ouvir relatos de discriminação no exercício de suas atividades, seja na negativa de venda do pescado quando elas precisam comprar para beneficiar e preparar seus produtos; seja no argumento machista de que mulher traz azar à embarcação; ou na discriminação presente em falas como: “não dá pra levar mulher pro mar, por quê mulher mija demais!” Conforme relatado pelas entrevistas e captado na observação realizada junto às sujeitas.

É possível compreender que a diferenciação entre as mulheres e homens da pesca se dá pelas diferenças de uso do espaço na arte da pesca. No entanto, os reflexos da divisão sexual do trabalho demonstram sua relação desigual entre os gêneros na cadeia produtiva da pesca. Ao analisar as práticas artesanais das mulheres da pesca de Arraial do Cabo,

percebe-se que elas mantêm, sustentam e organizam a vida, desfocando-se, assim, a representação da escrita pela ótica política e econômica e privilegiando-se a oralidade, as formas de transmissão pelo operatório, modos de fazer, o cotidiano (...) A necessidade do cooperativar-se surgiu como uma tentativa de pensar coletivamente as demandas dos pescadores e pescadoras, em buscar meios de subsistir evitando a individualização da vida. Num mundo capitalista em que a pesca artesanal esbarra em inúmeros conflitos, inclusive com a pesca industrial (que retira toneladas de pescado do mar) é urgente organizações que possam enfrentar os problemas coletivamente. (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2020, p. 29, 30,31)

Em relação aos dados do Censo da Pesca (2014/2016), apenas seis mulheres identificaram-se como marisqueiras em Arraial do Cabo. No entanto, a observação em reuniões e entrevistas com sujeitas da comunidade de pesca de Arraial revelam um número bem maior de marisqueiras e catadoras. Essa divergência pode estar associada, de um lado ao fato de que as sujeitas exercem mais de uma atividade, não sendo a mariscagem a principal, de outro lado o baixo n de marisqueiras pode ser decorrente da baixa valorização da categoria, o que resultaria na negativa da atividade e escolha de outra resposta em decorrência do estigma que recai sobre a mariscagem. Outro ponto a ser considerado está relacionado ao aspecto linguístico, a categoria marisqueira recebe diferentes perspectivas tendo assim diferentes significados dentro e entre os municípios. Outra possível origem explicativa do baixo n de marisqueiras encontrado em Arraial do Cabo pode estar associado à escolha do respondente principal, tendo sido majoritariamente de gênero masculino.

Interessa destacar que essas mulheres vivenciam os dilemas da representação e o lugar do feminino em seus contextos sociais, tendo sua jornada de trabalho ampliada pela divisão sexual do trabalho. De outro lado, destaca-se o potencial organizativo e participativo presente nas iniciativas em cooperativarem-se e nas participações das lideranças nos processos

decisórios. Justificando a escolha desse município para a implementação de três projetos de geração de trabalho e renda e reforçando a validade do presente estudo de caso.

O reconhecimento das desigualdades sociais inerentes ao trabalho feminino foi considerado no processo de elaboração da Unidade Produtiva de Maricultura, partindo do princípio da integração igualitária de homens e mulheres no desenvolvimento de todas as atividades, seja tanto na concepção quanto no desenvolvimento do trabalho. No que diz respeito às Unidades de Maricultura, tanto homens quanto mulheres podem desempenhar essas atividades.

Essa paridade de gênero está pensada no projeto estrutural das fazendas marinhas, principalmente porque está no planejamento técnico elevação mecânica das lanternas, o que dispensa o uso da força. Além disso, as mulheres pescadoras do município, bem como de outras comunidades pesqueiras da Bacia de Campos, desenvolvem atividades como o beneficiamento de pescado, principalmente, podendo exercer essa atividade também com os produtos cultivados.

A atividade de cata de marisco é tradicionalmente praticada por homens e mulheres em Arraial do Cabo, além disso, a capacitação em maricultura da FIPERJ contou com participantes de ambos os gêneros. O fato é que o mar é analisado como território difícil de mensurar, ou nos termos mais adequados, um maretório, prioritariamente, destinado aos homens. Compreendido por mulheres e homens como um trabalho que requer, principalmente, vigor físico. Nesse sentido, o projeto prevê elevação mecânica e outras estratégias que possibilitem às mulheres desempenharem a atividade de produção, com aporte estrutural.

Esta orientação, presente no planejamento técnico do estudo de viabilidade EVTEAS, demonstra os possíveis caminhos para uma transição na estrutura social local, garantindo diminuição de perdas, gerando incremento na renda das famílias e empoderamento das sujeitas da ação educativa do projeto e também reduzindo o impacto na saúde de homens e mulheres. Além disso, o beneficiamento de produtos advindos da maricultura, se mostra, como uma excelente oportunidade para que essas mulheres da pesca artesanal se capacitem e consigam conquistar sua autonomia financeira, além de criarem novos espaços coletivos de relações sociais.

Importante frisar que a pesca não é apenas a captura do pescado e sim, toda a cadeia produtiva. O trabalho de educação ambiental crítica desenvolvido pelo Pescarte junto as

pescadoras de Arraial do Cabo parece oportunizar um espaço para que as mulheres da pesca pudessem relatar a dificuldade das cooperativas em conseguir fornecedores de pescado para o desenvolvimento de seus trabalhos, bem como as dificuldades de inserção da mulher na cadeia produtiva da pesca, em especial em sua visibilidade e reconhecimento como parte do processo de compra do pescado para a cooperativa, desde o fornecimento até a negociação com os pescadores da comunidade, a fim de criar estratégias de fortalecimento da organização comunitária.(CEZAR; THEIS, 2020; THEIS, 2016)

Essas mulheres desenvolvem um trabalho baseado na organização coletiva e ressignificam o ato de trabalhar com as artes do fazer culinário para a preservação da pesca artesanal, inspirando e empoderando outras mulheres da comunidade a ocuparem esses espaços que integrados à possibilidade de atuarem na produção da maricultura tornaria possível sua autonomia por meio da independência financeira, além da possibilidade de sua qualificação profissional, somados ao seu contato com outros ambientes e novas relações sociais. Construindo redes com laços fortes. E ainda resgatando e fortalecendo os saberes tradicionais na alimentação, como por exemplo a salga do pescado e o peixe com banana.

O trabalho “invisível” das mulheres na história oral é de suma relevância para a transmissão dos saberes para outros membros familiares com potencial de expandir para outros grupos, tendo um papel de preponderância sobre os homens em criação de redes de sociabilidade, incremento do capital social para a comunidade, que auxiliam na criação de tecnologias sociais (RIBEIRO; DO NASCIMENTO, 2020, p. 31)(RIBEIRO; NASCIMENTO, 2020, p.31)

Nesse sentido, considera-se parte do papel social do projeto oportunizar meios de valorizar a figura da mulher enquanto parte da cultura pesqueira, bem como dar visibilidade às especificidades de seu trabalho e funções desenvolvidas nas cooperativas das mulheres do município de Arraial do Cabo.

Os estudos sobre a viabilidade técnica e econômica do projeto de geração de trabalho e renda a ser implantado em Arraial do Cabo, na presente fase do projeto, apontam a possibilidade das mulheres da pesca atuarem em todas as etapas do cultivo – manejo, mergulho, vigia, limpeza de lanternas, limpeza de marisco, etc. –, para tanto, destacamos a importância do planejamento estrutural e incentivo à capacitação das mulheres por meio das reuniões e formações destinadas a este Grupo de Trabalho, que estariam contribuindo para uma mudança na dinâmica individual e coletiva, com espaços diferenciados para que possam expor suas rotinas do lar, dificuldades, suas vontades e ambições e consigam construir coletivamente uma rede social de apoio – como a criação de espaços de cuidado aos filhos mais novos dessas mulheres –, tencionando a

visibilidade e valorização do trabalho das mulheres na cadeia produtiva da pesca.

Cabe destacar, ainda, que as reuniões dos grupos de trabalho, bem como os espaços de formações e capacitações, possibilitam o engajamento dessas mulheres no âmbito político e social (conselhos, câmaras técnicas, etc.) .

Importante destacar, novamente, que o fortalecimento da organização comunitária é o objetivo motor do projeto de educação ambiental Pescarte, todas as ações são baseadas no princípio Freireano de que toda ação é um ato pedagógico. A escolha dos empreendimentos que serão implementados a partir da terceira fase, seguiu esses pressupostos e foram resultado de debates constantes com os sujeitos da cadeia da pesca artesanal e especialistas haja visto que o PEA Pescarte é um projeto realizado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro que propõe a intervenção social pautada em escuta sensível aos sujeitos e suas vozes e demandas e o vínculo entre Extensão e Pesquisa.

As marisqueiras encontram-se em extrema pobreza, vulnerabilidade e alta insegurança alimentar conforme revelado pelas análises cujos achados estão expostos em outras seções da tese em que se insere o debate apresentado aqui. Chama a atenção a posição das mesmas no ranking de propensão ao associativismo, e também a aderência aos PEA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disposição para a participação em Arraial do Cabo e Quissamã, sugerida pela significância estatística dos testes realizados no estudo, foi observada em campo durante o período de março de 2020 e Junho de 2022. Também nos lançamos à observação das mulheres pescadoras e marisqueiras, buscando investigar um recorte dentro do grupo reportado na análise de clusters, o que concentra os sujeitos mais vulneráveis (índice quantitativo elevado para o indicador insegurança alimentar e índices baixos para renda per capita e renda consumo critério brasil).

A disposição para a participação, sugerida pelas análises das respostas ao CENSO da PESCA Artesanal do PEA Pescarte, que orientaram a seleção dos casos estudados, ao ser observada na empiria, com técnicas qualitativas, encontrou aproximações e também contradições. O olhar qualitativo, revelou, ou nos ajudou, a tatear a existência de dimensões da cultura de participação.

Arraial do Cabo possui forte tradição associativista, conforme descrito duas cooperativas

se destacam, uma constituída somente por mulheres e outra composta por 70% do sexo feminino.

Arraial do Cabo possui diversas associações²⁶. Essa dimensão, da cultura de participação, ligada à tradição de criação de associações, revela um potencial, mas também reflete a dimensão de oposições e quebras de confiança e solidariedade entre os “de dentro” e os “de fora”. Ouvi relatos de que há diferenças entre os pescadores(as) do distrito e do centro”, “os(as) de cima e os(as) de baixo das escadarias”, “os(as) da prainha e os(as) da praia grande”, “os (as) da associação W e os da associação X,Y, Z...” E, ainda, relatos de dificuldade de cooperação intragrupos. Em outra dimensão, nos grupos organizados pelo PEA Pescarte, compostos por lideranças das tantas associações e cooperativas e pescadores(as) não associados ou cooperados, os Grupos de Acompanhamento de Obras do PEA Pescarte observamos alinhamentos para cooperação e engajamento na participação em prol de defesa de interesses e direitos coletivos e, ainda, o reconhecimento mútuo entre os sujeitos.

O discurso dos sujeitos no hoje, reflete a dimensão do nós, da importância do coletivo, o “juntos somos mais fortes” vocalizado pelos sujeitos em seus momentos de oralidade em reuniões internas e externas ao PEA Pescarte.

Enquanto as falas captadas nos grupos focais realizados em 2015 e relatos, sugerem a dimensão do eu, das dimensões dos interesses pessoais, “o que eu vou fazer lá na reunião, não vou ganhar nada!”, conforme relatado por participantes dos grupos focais, como justificativa do não comparecimento de terceiros em reuniões de projetos de educação ambiental.

Se, de um lado, no princípio da implementação da política do licenciamento federal, a reivindicação buscava benefícios e desacreditava a possibilidade de cooperação, dado ser “uma classe desunida”, conforme opinião revelada nos grupos focais. Do outro, a observação nas reuniões e entrevistas realizadas entre 2020 e 2021 revelam a dimensão da cooperação como parte do repertório dos sujeitos.

Seus discursos evocam a dimensão da tradicionalidade da pesca artesanal, se reconhecendo como comunidade tradicional, portadora de direitos e disposta a participar e engajar-se.

Acaso não fossem dispostas ao engajamento e participação, o que as fariam permanecer ativos em múltiplas reuniões realizadas pelos PEA, como parte das medidas de mitigação

²⁶ [AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo](#) ; [ATAC - Associação de Turismo de Arraial do Cabo](#); [ACIPAC - Associação Comercial Industrial e Turística de Arraial do Cabo](#); [Colônia de Pescadores Z-5](#); [AAPAC - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Arraial do Cabo](#); [AMOAFI - Associação de Moradores e Amigos de Figueira](#) ; [Associação Projeto Animal](#).

ambiental na Bacia de Campos?

Destaca-se que não recebem remuneração, nem ajudas de custos para participar das reuniões, uma vez que os projetos que compõem o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos-PEA BC, são orientados pelas diretrizes do IBAMA, e seguem, por tanto, o entendimento de que a participação qualificada deve ser construída com base em processos pedagógicos que visem a autonomia dos sujeitos.

Em outros termos, não houvesse, entre os sujeitos do estudo, disposição ao engajamento e à participação e cooperação, o que lhes motivaria a participar há sete anos de um projeto que propõe o fortalecimento da organização coletiva por meio de projetos de geração de trabalho e renda, que serão geridos coletivamente, por meio de economia solidária, como é o PEA Pescarte?

O que lhes motivaria a participar de reuniões de GAO, GT, oficinas de capacitação, visitas técnicas, se não a disposição em compartilhar conhecimentos e ter os próprios conhecimentos reconhecidos e refletidos na qualificação do engajamento e da participação?

Se hoje ocupam cadeiras na Resex de Arraial do Cabo, no Cedrus, em Comitês de Bacia Hidrográfica, dispõem de seu tempo em reuniões, apresentam pautas ao orçamento público municipal, se reivindicam não na dimensão do eu e sim na dimensão do nós, podemos inferir que estamos diante de dimensões da cultura de participação.

Dimensões da cultura de participação e engajamento para a associação e cooperativismo, refletida nas formas de sociação, na lida com o barco, na lida com os pretechos, nas atividades de pré e pós captura. Conforme relatado, “a pesca não se faz sozinho”. Ainda que haja solidão no silêncio no mar, a pesca é uma atividade por natureza coletiva, passada de pais e mães aos filhos, feita a muitas mãos.

Mãos que se ferem no puxar da rede, no ato de descascar o camarão e filetar os peixes. Mãos que se ferem no preço injusto pago pelos atravessadores no pescado, seja in natura, seja filetado. Mãos que se ferem nas arenas consultivas, deliberativas e decisórias, alijados historicamente dos processos e silenciados.

Ainda assim, com as mãos feridas e calejadas, seguem puxando suas redes, descascando camarões, filetando peixes e por meio da participação qualificada reivindicando seus lugares às mesas de decisão e se organizando coletivamente para o enfrentamento das injustiças sociais, econômicas e ambientais a que estão expostos.

Referências Bibliográficas

- ABERS, R. N.; KECK, M. E. Autoridade prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil. Em: **Autoridade prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil**. [s.l: s.n.]. p. 331–331.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 5, 2002.
- ACSELRAD, H. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. Em: **Mineração, Violências e Resistências um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA., 2018. p. 157–177.
- BUENDÍA, R. R.; WALTER, T. **A conquista de espaços de participação na gestão ambiental pública por pescadores artesanais envolvidos em ações de educação ambiental atreladas ao licenciamento ambiental de atividades petrolíferas**. . Artigo em eventos apresentado em XI EDEA Encontro e diálogos com a educação ambiental. Rio Grande - RS, 2019. Disponível em: <https://maress.furg.br/images/PROJETOS/IMPACTOSNAPESCA/PUBLICACOES/BuendaWalter2019_XI_EDEA.pdf>. Acesso em: 6 maio. 2022
- BULLARD, R. D. Solid waste sites and the black Houston community. **Sociological inquiry**, v. 53, n. 2-3, p. 273–288, 1983.
- BULLARD, R. D. **Confronting environmental racism: Voices from the grassroots**. [s.l.] South End Press, 1993.
- CEZAR, L.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ. v. 63, n. n 3:e178848 | USP, p. 1–20, 17 dez. 2020.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. [s.l.] Martins fontes São Paulo, 1977. v. 2
- FERREIRA, M. B. M.; SALLES, A. O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 42, n. 2, 2016.
- FONSECA, M. et al. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 16, n. 2, p. 231–241, 2016.
- GRANDISOLI, E.; CURVELO, E. C.; NEIMAN, Z. Políticas públicas de Educação Ambiental: História, formação e desafios. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 6, p. 321–347, 2021.
- HUGUENIN, F. P.; MARTÍNEZ, S. A. MULHERES DA PESCA: INVISIBILIDADE E DISCRIMINAÇÃO INDIRETA NO DIREITO AO SEGURO DESEMPREGO. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 2021.
- IBAMA, I. B. DO M. A. E DOS R. N. R. Nota Técnica Cgpeg/Dilic/Ibama N° 01/10. 10 de fevereiro de 2010. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. 2010.

- LOUREIRO, C.; ANELLO, L. Educação Ambiental no licenciamento: aspectos teóricos-metodológicos para uma prática crítica. **PEDRINI, A. DE G.; SAITO, CH Paradigmas metodológicos em Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.**
- LOUREIRO, C. F. B. (ED.). Cidadania e meio ambiente. Em: **Cidadania e meio ambiente. Construindo os recursos do amanhã.** Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. v. 1p. 46–58.
- MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução. Em: [s.l: s.n.]. p. 9–20.
- MELUCCI, A.; AVRITZER, L. Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space. **Social Science Information**, v. 39, n. 4, p. 507–527, 2000.
- MENDONÇA, G. O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção ea expansão capitalista do território. **Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.**
- PAULA, A. P. P. DE. Administração pública brasileira entreo gerencialismo e a gestão social. **Revista de administração de empresas**, v. 45, n. 1, p. 36–49, 2005.
- PEIXOTO, V.; BELO, D. Capital Social e associativismo dos pescadores artesanais de municípios limítrofes à Bacia de Campos: análise a partir dos dados do Projeto PEA-Pescarte. v. 13, n. 1, p. 28–46, 2019.
- PITKIN, H. F. **The concept of representation.** [s.l.] Univ of California Press, 1967. v. 75
- PORTO, M. **Uma Ecologia Política dos Riscos.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.
- QUINTAS, J. **Introdução à gestão ambiental pública.** 2ª ed. [s.l.] IBAMA, 2006.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- RIBEIRO, N.; DO NASCIMENTO, G. Guardiãs das tradições: mulheres da pesca em Arraial do Cabo-RJ. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 10, n. 29, p. 20–33, 2020.
- SERRÃO, M. A. **Remando Contra a Maré:O Desafio da Educação Ambiental Crítica no Licenciamento Ambiental das Atividades Marítimas de Óleo e Gás no Brasil Frente À Nova Sociabilidade da Terceira Via.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- SOUZA, J.; GRILLO, A. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** [s.l.] editora UFMG Belo Horizonte, 2009.
- THEIS, R. Marisqueiras” da Bacia de Campos: Relações de gênero e o trabalho da mulher na pesca artesanal no Rio de Janeiro. **Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UENF, 2016.**
- WALTER, T. et al. **A história dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás.** São Louenço do Sul, RS: Ed. dos Autores, 2021.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 41–61, 1992.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 139–190, 2006.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 187–212, 2014.